



**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2016**

**PALMAS - TO**

**MAIO - 2017**



**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2016**

Relatório de Gestão do exercício 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e da Portaria TCU 59/2017.

**PALMAS - TO**

**MAIO – 2017**

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

Abreviações e Siglas	Descrição
ADH	Agente de Desenvolvimento Humano
AUDIT	Assessoria de Auditoria e Controle
BPM	Business Process Management (Gerenciamento de Processos de Negócio)
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CSC	Centro de Serviços Compartilhados
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União
CTI	Comitê de Tecnologia da Informação
DN	Decisão Normativa
FIC	Felicidade Interna do Cooperativismo
FORMACRED	Formação de Conselheiros de Cooperativas de Crédito
FUNDECOOP	Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo
GDA	Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro das Cooperativas
GEOR	Gestão Estratégica Orientada por Resultados
GDH	Sistema de Gerenciamento do Desenvolvimento Humano
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB/TO	Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins
PAGC	Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista
PDGC	Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Plano Estratégico da Tecnologia da Informação
POC	Programa de Orientação Cooperativista
PRODCOOP	Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Governança e Gestão das Cooperativas do Tocantins - ProdCoop Tocantins
PSI	Política de Segurança da Informação
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESCOOP/TO	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins
SESCOOP/MT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Mato Grosso
SIAFI	Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal

SINAC	Sistema Nacional de Autogestão de Cooperativas
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SLA	Service Level Agreement (Acordo de Nível de Serviço)
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UE	Unidade Estadual
UN	Unidade Nacional
UPC	Unidade Prestadora de Contas

## **LISTA DE TABELAS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES**

### **QUADROS:**

QUADRO 01: DETALHAMENTO DO ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO SESCOOP/TO

QUADRO 02 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DO SESCOOP/TO (PCCS)

QUADRO 03 – MACROPROCESSOS DO SESCOOP/TO

QUADRO 04 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

QUADRO 05 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

QUADRO 06 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

QUADRO 07 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

QUADRO 08 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO SUPERINTENDENTE

QUADRO 09 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

QUADRO 11 – DESPESAS DE PESSOAL

### **TABELAS:**

TABELA 01 - NÚMEROS DO COOPERATIVISMO NO TOCANTINS

TABELA 02: EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DOS PROJETOS/ATIVIDADES DO SESCOOP/TO PARA O EXERCÍCIO DE 2016

TABELA 03 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS EXECUTADOS PELO SESCOOP/TO

TABELA 04 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 05 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 06 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 07 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 08 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 09 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 10 - METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PROJETO/ATIVIDADE

TABELA 11 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO SESCOOP/TO

TABELA 12 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO SESCOOP/TO – 2016

TABELA 13 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO SESCOOP /TO

TABELA 14 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/TO, POR FAIXA ETÁRIA

TABELA 15 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/TO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR CARGO

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES, POR FAIXA SALARIAL

TABELA 18 – MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

TABELA 19 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

TABELA 20 – DESPESAS E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/TO

TABELA 21 – INVESTIMENTOS EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL, EXECUTADOS PELO SESCOOP/TO

#### **FIGURAS:**

FIGURA 01 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DO SESCOOP/TO

FIGURA 02 - MACROPROCESSOS DO SESCOOP/TO

#### **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

APENDICE I: TABELA DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRA DO PROGRAMA 5200 – PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

ANEXO I: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI Nº 6.404/76, INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS;

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 2: VISÃO GERAL</b> .....	11
2.1. Finalidade e Competências.....	11
2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do SESCOOP/TO .....	12
2.3. Ambiente de Atuação .....	12
2.4. Organograma .....	14
2.5. Macroprocessos Finalísticos.....	19
<b>CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS</b> .....	22
3.1. Planejamento organizacional.....	22
3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício do SESCOOP/TO.....	26
3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico .....	26
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	26
3.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos .....	28
3.2. Desempenho Orçamentário do Exercício .....	31
3.2.1. Execução Física e Financeira dos Programas e Ações.....	33
3.2.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário .....	38
3.2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos .....	38
3.2.4. Informações sobre Realização das Receitas .....	38
3.2.5. Informações sobre a Execução das Despesas .....	40
3.3. Desempenho Operacional.....	43
3.4. Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho .....	43
<b>CAPÍTULO 4: GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	50
4.1. Descrição das Estruturas de Governança .....	50
4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados .....	50
4.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna .....	51
4.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos .....	51
4.5. Gestão de Riscos e Controles Internos .....	52
4.6. Política de Remuneração aos Administradores, Membros da Diretoria e de Conselhos.....	52
4.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	52
4.6.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros do Conselho.....	52
4.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores e Membros de Diretoria .....	53
4.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada .....	54
<b>CAPÍTULO 5: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b> .....	55

<b>5.1. Gestão de Pessoas</b> .....	55
<b>5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade</b> .....	55
<b>5.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal</b> .....	59
<b>5.1.3. Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal</b> .....	60
<b>5.2. Gestão de Patrimônio e da Infraestrutura</b> .....	60
<b>5.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário</b> .....	60
<b>5.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros</b> .....	61
<b>5.3. Gestão da Tecnologia da Informação</b> .....	61
<b>5.3.1. Principais Sistemas de Informação</b> .....	63
<b>5.3.2. Informações sobre Planejamento Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI)</b> ..	63
<b>5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade</b> .....	64
<b>5.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras</b> .....	64
<b>CAPÍTULO 6: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b> .....	65
<b>6.1. Canais de Acesso ao Cidadão</b> .....	65
<b>6.2. Carta de Serviços ao Cidadão</b> .....	65
<b>6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários</b> .....	65
<b>6.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade</b> .....	65
<b>CAPÍTULO 7: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b> .....	66
<b>7.1. Desempenho financeiro no exercício</b> .....	66
<b>7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos</b> .....	66
<b>7.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.</b> .....	66
<b>7.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas</b> .....	66
<b>CAPÍTULO 8: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b> .....	68
<b>8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU</b> .....	68
<b>8.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno</b> .....	68
<b>8.3. Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário</b> .....	68
<b>8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações como Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993</b> .....	68
<b>CAPÍTULO 9: ANEXOS E APÊNDICES</b> .....	69
<b>CAPÍTULO 10: OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO</b> .....	89

## CAPÍTULO 1: APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão está estruturado em tópicos, abaixo sintetizados:

- **Capítulo 1 - Apresentação:** Detalha a base normativa, a estruturação do relatório, inexistência ou inaplicabilidade de conteúdo, principais realizações da gestão no exercício, dificuldades encontradas, dentre outras informações.
- **Capítulo 2 - Visão Geral:** apresenta os dados e informações sobre a identificação da Unidade, seu ambiente de atuação, estrutura e macroprocessos.
- **Capítulo 3- Planejamento Organizacional e Resultados:** apresenta os comentários e informações sobre a construção do plano estratégico, das estratégias adotadas, das principais ferramentas utilizadas, demonstração dos resultados relevantes, desempenho orçamentário e operacional.
- **Capítulo 4- Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos:** descreve a estrutura de governança, tais como a unidade de auditoria interna, conselhos e *compliance*, demonstrando a qualidade e suficiência dos controles internos, a execução das atividades de correção, a relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, sua remuneração e informações sobre a empresa de auditoria independente;
- **Capítulo 5- Áreas Especiais da Gestão:** demonstra as políticas e iniciativas adotadas na Gestão: de Pessoas, do Patrimônio e Infraestrutura, da Tecnologia da Informação; Ambiental e Sustentabilidade;
- **Capítulo 6- Relacionamento com a Sociedade:** apresenta os instrumentos, canais de comunicação e mecanismos de transparência da unidade junto aos públicos de interesse e sociedade;
- **Capítulo 7- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis:** apresenta informações sobre a execução financeira, apuração de custos e tratamento contábil;
- **Capítulo 8 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle:** demonstra a conformidade de ações relevantes da gestão da unidade e descreve o tratamento dado às determinações e recomendações dos órgãos de controle e medidas de conformidade adotadas;
- **Capítulo 9 - Anexos e Apêndices:** apresenta documentos, tabelas e quadros que ocupem mais de uma página, devidamente referenciados nos capítulos, necessários à compreensão do texto do relatório ou exigidos pelas normas do TCU na prestação de contas.
- **Capítulo 10 - Outras Itens de Informação:** descreve informações não abordadas nas demais seções do relatório, cuja relevância mereça divulgação; Também constam os **relatórios, pareceres e declarações**, tais como as Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 6.404/76, o Relatório de Auditoria Interna, os Pareceres dos Conselhos Nacional e Estadual, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório de Auditoria Independente e a Declaração de Cumprimento das Disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.

Ressalta-se que o item 10.6. Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões não se aplica ao SESCOOP/TO, por não está previsto para órgãos ou entidades que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais.

Existem outros itens para os quais não houve ocorrências relativas ao exercício de 2016, para o SESCOOP/TO, tais como: 6.2. Carta der Serviços ao Cidadão; 6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários; 8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU; 8.2. Tratamento de Recomendações do órgão de Controle Interno; 8.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário e 10.1. Relatório ou parecer de Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anual.

O SESCOOP/TO não realizou execução física ou financeira de ações da L.O.A – Lei Orçamentária Anual e não possui servidores inativos e pensionistas no seu Quadro de Pessoal, de modo que tais informações não constam no presente Relatório de Gestão.

## CAPÍTULO 2: VISÃO GERAL

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Trabalho e Previdência Social		<b>Código SIORG:</b> 002844	
<b>Identificação da Unidade Prestadora de Contas</b>			
<b>Denominação completa:</b> Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins			
<b>Denominação Abreviada:</b> SESCOOP/TO			
<b>Código SIORG:</b> Não se aplica		<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> Não se aplica
<b>Natureza Jurídica:</b> Serviço Social Autônomo		<b>CNPJ:</b> 07.330.977/0001-16	
<b>Principal Atividade:</b> Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente		<b>Código CNAE:</b> 8599-6/99	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(063) 3215-3291	(063) 3215-4837	(63) 98105 0440
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:superintendencia@ocbto.coop.br">superintendencia@ocbto.coop.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.tocantinscooperativo.coop.br">http://www.tocantinscooperativo.coop.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Juscelino Kubistchek, Quadra 110 Norte, Lote 11, 77006-130, Palmas, TO			

### 2.1. Finalidade e Competências

2.1.1. Finalidade: o SESCOOP foi criado por meio da medida provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998, com a finalidade de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados (Art. 7º).

2.1.2. Competências: as competências do SESCOOP estão definidas no DECRETO Nº 3.017, de 6 de abril de 1999. São elas:

- I - Organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados das cooperativas em todo o território nacional;
- II - Operacionalizar o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme sistema desenvolvido e aprovado em Assembleia Geral da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.
- III - para o desenvolvimento de suas atividades, o SESCOOP contará com centros próprios ou atuará sob a forma de cooperação com órgãos públicos ou privados.
- IV. assistir às sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização da aprendizagem metódica e contínua;
- V. estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional e à promoção social do empregado de cooperativa, do dirigente de cooperativa, do cooperado e de seus familiares;
- VI. exercer a coordenação, a supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, cooperados e seus familiares;
- VII. colaborar com o poder público em assuntos relacionados à formação profissional e à gestão cooperativista e outras atividades correlatas;
- VIII. divulgar a doutrina e a filosofia cooperativistas como forma de desenvolvimento integral das pessoas;

IX. promover e realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento humano, ao monitoramento e à promoção social, de acordo com os interesses das sociedades cooperativas e de seus integrantes.

## 2.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do SESCOOP/TO

<b>Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas</b>
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas</b>
Medida Provisória 1.715, de 03 de setembro de 1998 e suas reedições e Decreto 3.017, de 07 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 07.04.1999 (Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP); Lei 11.524/2007 de 23/11/2007. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, foi instalado em 30 de setembro de 1999, como órgão descentralizado e autorizado pelo Conselho Nacional do SESCOOP.
<b>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas</b>
O Regimento Interno foi aprovado em 30/09/1999, e alterado em 12/12/2005 averbado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas/TO. Protocolizado e digitalizado sob o nº 17.662 – averbado sob nº 006 à margem do Registro 781 – Palmas 12/12/2007.
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas</b>
Regulamento de Licitações e Contratos – Resoluções nº 850 e 860/2012; Norma de Pessoal – Resolução 300/2008; Norma de Fundo Fixo de Caixa e Norma de Aquisição e Uso do Veículo, Norma de Bens Patrimoniais; Plano de Cargos, Carreira e Salários; Norma para compra de materiais e serviços nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

## 2.3. Ambiente de Atuação

O SESCOOP atua em um ambiente de elevada complexidade, pois busca apoiar de modo efetivo cooperativas de 13 (treze) diferentes Ramos / setores / subsetores de atividade econômica (da agricultura aos serviços, passando pelo comércio e pela indústria), com portes distintos (das grandes às pequenas) e distribuídas espacialmente por todo o País (nos 26 estados e no Distrito Federal). A seguir, uma síntese descritiva de cada um dos ramos:

1. **Agropecuário:** composto por cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao associado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização.
2. **Consumo:** constituído por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados. É o ramo mais antigo no Brasil e no mundo.
3. **Crédito:** cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados. Atuam no crédito rural e urbano.
4. **Educacional:** cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. O papel da cooperativa de ensino é ser mantenedora da escola.
5. **Especial:** cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menor de idade ou relativamente incapaz) ou as que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. A atividade econômica mais comum neste ramo é a produção artesanal de peças de madeira, roupas ou artes plásticas.

6. **Habitacional:** compõe-se de cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social.
7. **Infraestrutura:** atende direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação rural, que são a maioria deste ramo, aos poucos estão deixando de serem meros repassadores de energia, para se tornarem geradoras de energia.
8. **Mineral:** constituído por cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
9. **Produção:** compõe-se por cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção.
10. **Saúde:** constituído por cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana em seus variados aspectos.
11. **Trabalho:** engloba todas as cooperativas constituídas por categorias profissionais (professores, engenheiros, jornalistas e outros), cujo objetivo é proporcionar fontes de ocupação estáveis e apropriadas aos seus associados, através da prestação de serviços a terceiros.
12. **Transporte:** composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou passageiros.
13. **Turismo e lazer:** cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Atendem direta e prioritariamente o seu quadro social nestas áreas.

O desafio maior da Unidade é apoiar, de modo efetivo, um diversificado conjunto de empreendimentos cooperativos, de diferentes ramos que atuam no estado, cujos números estão apresentados na tabela a seguir:

**Tabela 01 - Números do cooperativismo no Tocantins**

Matriz e filiais com sede no Tocantins								
Número de Cooperativas			Número de cooperados			Número de empregados		
2015	2016	Variação (%)	2015	2016	Variação (%)	2015	2016	Variação (%)
41	33	-20%	9140	10449	14%	1368	1287	-6%
Filial em que a matriz tem sede em outra unidade da Federação								
Número de Cooperativas			Número de cooperados			Número de empregados		
2015	2016	Variação (%)	2015	2016	Variação (%)	2015	2016	Variação (%)
4	4	0%	7004	9077	30%	158	185	17%

Fonte: SINAC, SESCOOP/TO

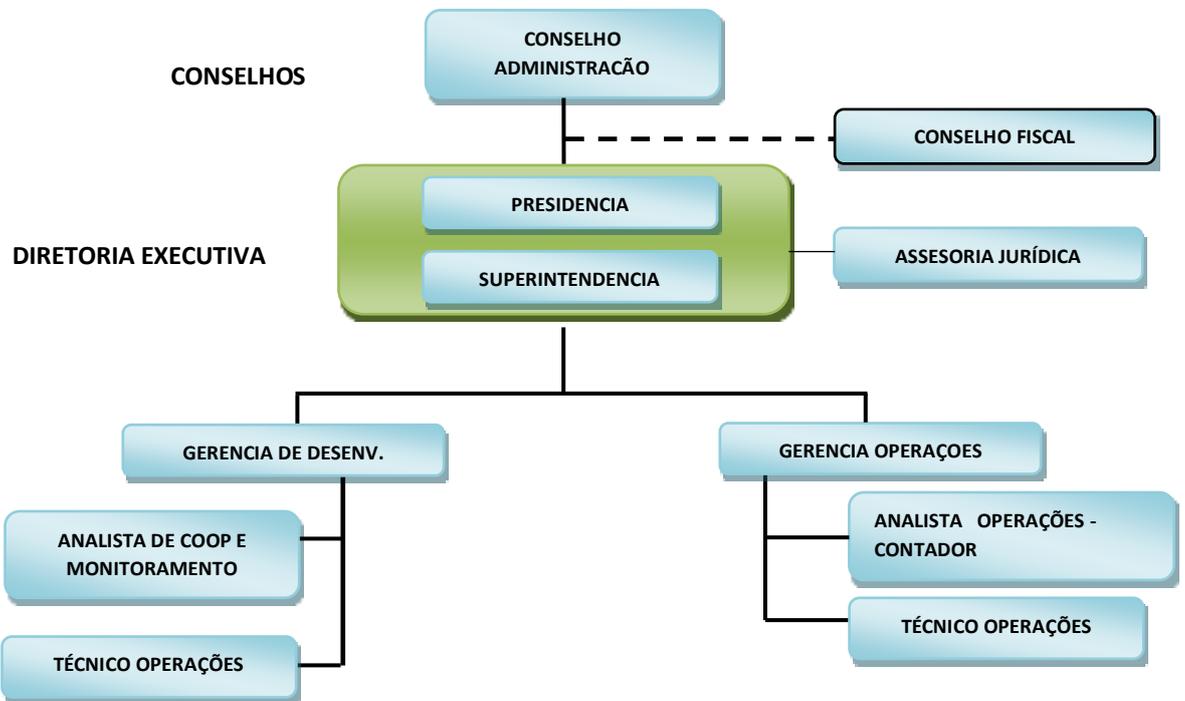
Observa-se pela tabela acima, uma variação negativa na variação das cooperativas registradas de 2015 para 2016, fato esse resultante do censo das cooperativas do Tocantins iniciado em 2015 que culminou no cancelamento/inativação de registro de 11 cooperativas em 2016, por estas não cumprirem os requisitos básicos de registro, dentre eles o da conformidade legal e/ou por estarem inativas além do prazo previsto em lei. Esse procedimento foi realizado respeitando prazos e direitos de defesa.

## 2.4. Organograma

A estrutura organizacional adotada pelo SESCOOP/TO foi estabelecida de forma a dar o suporte necessário ao cumprimento da nossa missão e alcance dos objetivos.

Nesse sentido, é apresentado a seguir o organograma funcional deste SESCOOP/TO:

**Figura 01 - Organograma funcional do SESCOOP/TO**



Fonte: SESCOOP/TO

No quadro abaixo, apresentamos uma descrição sucinta dos órgãos deliberativo, de fiscalização, executivo e de apoio do SESCOOP/TO.

**Quadro 01: Detalhamento do Organograma Funcional do SESCOOP/TO**

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Competências	Cargo	Período de atuação
Conselho de Administração	Ricardo Bendito Khoury	Fixar a política de atuação e estabelecer as normas operacionais do SESCOOP/TO, bem como, estabelecer as diretrizes gerais a serem adotadas	Presidente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Dário Oliveira de Melo		Conselheiro Adm. Efetivo	29/04/2016 a 31/12/2016
	Airton Cardoso Cançado		Conselheiro Adm. Efetivo	01/01/2016 a 31/12/2016
	Ruiter Luiz Andrade Padua		Conselheiro Adm. Efetivo	01/01/2016 a 31/12/2016
	Lidiane Coelho Alves		Conselheiro Adm. Efetivo	01/01/2016 a 31/12/2016
	Orsini Passos Guterres		Conselheiro Adm. Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Liliana Cristofari da Silva		Conselheiro Adm. Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Emanuel Malta Falcao Caloete		Conselheiro Adm. Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Ranna Joyce Padre		Conselheiro Adm. Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
Conselho Fiscal	Admivair Silva Borges	Acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão e emitir pareceres	Conselho Fiscal Efetivo	01/01/2015 a 31/12/2015
	Maria Silvana Ramos		Conselho Fiscal Efetivo	01/01/2016 a 31/12/2016
	Paulo Henrique da Silva		Conselho Fiscal efetivo	01/01/2016 a 31/12/2016
	Marcio Guilherme de Carvalho		Conselho Fiscal Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Silvan Celestino dos Santos		Conselho Fiscal Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Antônio Coelho do Carmo Neto		Conselho Fiscal Suplente	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Executiva	Ricardo Benedito Khoury	Executar a política de atuação do SESCOOP/TO, emanada do Conselho Nacional, respondendo perante o Tribunal de Contas da União pelos atos da sua gestão	Presidente	01/01/2016 a 31/12/2016
	Maria Jose Andrade Leão de Oliveira		Superintendente	01/01/2016 a 31/12/2016
Superintendên cia	Maria Jose Andrade Leão de Oliveira	Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da administração, praticando os atos pertinentes de sua gestão, por meio da expedição de ordem de serviço	Superintendente	01/01/2016 a 31/12/2016
Gerência de Operações	Selma dos Reis Silva	Zelar pelo cumprimento das normas e portarias adotadas e/ou editadas pelos dirigentes do SESCOOP/TO.	Gerente de Operações	01/01/2016 a 31/12/2016
Gerência de Desenvolvime nto de Cooperativas	Carlos Henrique do Amaral Melo	Elaborar o plano de trabalho, realizar as atividades de prestação de contas de convênios e auxiliar na elaboração do relatório de gestão, além de exercer a coordenação da das áreas de Promoção Social, Formação Profissional e Monitoramento	Gerência de Desenvolvimento de Cooperativas	15/03/2016 a 21/11/2016

**Fonte:** Livro de atas e de registro de empregados do SESCOOP/TO

**Quadro 02 - Estrutura organizacional do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SESCOOP/TO (PCCS)**

Cargos de Confiança da Estrutura Organizacional	Cargo Efetivo Nível Superior de Escolaridade	Cargo Efetivo Nível Médio de Escolaridade
Assessor Jurídico  Gerência	<b>Analista</b> Funções: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analista de Cooperativismo e Monitoramento</li> <li>• Contador</li> <li>• Analista de Operações.</li> <li>• Advogado</li> <li>• Analista de Comunicação Social.</li> <li>• Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação</li> </ul>	<b>Técnico</b> Função: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de Operações.</li> </ul>
<b>Obs.:</b> O Assessor somente será considerado como um cargo de confiança quando for responsável por uma Assessoria prevista no organograma, equivalente ao gerente. Quando houver colaboradores adicionais nas assessorias, estes serão posicionados como Analista, nas respectivas funções a serem exercidas.		

**Fonte:** Manual do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do SESCOOP/TO

A seguir apresentamos a descrição das competências e atribuições das áreas.

São órgãos de deliberação, execução, fiscalização e administração do SESCOOP/TO: o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Presidência e Superintendência.

**Conselho de Administração** - Órgão máximo da administração do SESCOOP/TO é composto por cinco membros, um presidente e quatro conselheiros e seus respectivos suplentes, assim constituídos: Pelo Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO, na condição de Presidente nato do SESCOOP/TO; dois representantes de cooperativas contribuintes do SESCOOP/TO; 01 (um) representante dos trabalhadores em sociedades cooperativas; 01 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional do SESCOOP/TO. Em 2014 realizaram 6 (seis) reuniões ordinárias. É de competência do Conselho de Administração:

I. Fixar a política de atuação e estabelecer as normas operacionais do SESCOOP/TO, bem como, estabelecer as diretrizes gerais a serem adotadas;

II. Aprovar os planos anuais e plurianuais de trabalho, os orçamentos e as reformulações que se fizerem necessárias, encaminhando-os à Unidade Nacional do SESCOOP para consolidação;

III. Aprovar os balanços, as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual das atividades e encaminhá-los ao Conselho Nacional para aprovação;

IV. Aprovar quando houver o plano de cargos, salários e benefícios, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração correspondente à contratação dos empregados do quadro efetivo do SESCOOP/TO.

V. Decidir, com base em parecer interno, a aquisição, alienação, cessão ou gravame de bens imóveis;

VI. Autorizar a assinatura de convênios, contratos e ajustes ou outros instrumentos jurídicos, exigindo-se para a assinatura de convênios internacionais a autorização do Conselho Nacional do SESCOOP;

VII. Fixar outras competências ao Presidente do Conselho de Administração, além das estabelecidas no artigo 23 do Regimento Interno;

VIII. Aplicar penalidade disciplinar a seus membros, inclusive de suspensão ou de cassação do mandato, conforme a natureza, repercussão e gravidade da falta cometida;

IX. Fixar o valor da cédula de presença e ajuda de custo, quando for o caso, para os seus membros e também do Conselho Fiscal;

X. Fixar a verba de representação do Presidente do Conselho de Administração;

XI. Dar posse aos conselheiros fiscais, formalmente indicados pelo Conselho Diretor da OCB/TO;

XII. Estabelecer limite máximo de remuneração do Superintendente;

XIII. Aprovar o Regimento Interno e suas alterações, no qual deverá constar a estrutura organizacional e as principais funções;

XIV. Solucionar casos omissos no Regimento Interno do SESCOOP/TO;

XVI. Fazer cumprir as normas de licitação aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que disciplinam as contratações de obras, serviços, compras, alienações e as situações de sua dispensa ou inexigibilidade.

XVII. Fazer cumprir as demais normas e resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

**Conselho Fiscal** – O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho Diretor da OCB/TO. Em 2014 realizaram 6 reuniões ordinárias. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Acompanhar e fiscalizar a execução financeira, orçamentária e os atos de gestão;

II. Examinar e emitir pareceres sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras;

III. Solicitar ao Conselho de Administração a contratação de assessoria de auditores ou peritos, sempre que tais serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

IV. Elaborar o seu Regulamento de Funcionamento, compatível com o Regimento Interno do Conselho Nacional;

V. Indicar entre seus pares um Coordenador e um Secretário para coordenar e relatar as atividades;

VI. Dar conhecimento dos seus relatórios à Diretoria Executiva do SESCOOP/TO e, se for o caso, ao Conselho de Administração.

**Diretoria Executiva:** A Diretoria Executiva é o órgão gestor e de administração central do SESCOOP/TO, consoante diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. É dirigida, coordenada e supervisionada pelo Presidente do Conselho de Administração e exercida pelo Superintendente, por ele indicado e nomeado após aprovação do Conselho de Administração. Compete à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do SESCOOP/TO e as deliberações do Conselho de Administração.

**Presidente** – Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Tocantins – OCB/TO, na condição de Presidente nato do SESCOOP/TO. Tem as seguintes competências:

I. Executar a política de atuação do SESCOOP/TO, emanada do Conselho Nacional, respondendo perante o Tribunal de Contas da União pelos atos da sua gestão;

II. Representar a Administração em juízo ou fora dele e constituir procuradores;

III. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;

IV. Assinar os convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos jurídicos;

V. Assinar os cheques e os documentos de abertura e movimentação de contas bancárias em conjunto com o Superintendente ou com funcionário especialmente designado, por intermédio de instrumento particular de procuração que estabeleça os limites dos poderes conferidos e a vigência da procuração, cujo período não deverá exceder o mandato em exercício;

VI. Indicar e nomear o Superintendente e estabelecer sua remuneração, mediante aprovação do Conselho de Administração;

VII. Cumprir as normas de licitações aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP, que disciplinam as contratações de obras, serviços, compras, alienações e as situações de sua dispensa ou inexigibilidade.

VIII. Dar posse aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, fazendo registro do ato na ata da reunião;

IX. Nomear os assessores e gerentes dos órgãos internos da administração, por proposta do Superintendente;

X. Fixar outras competências e atribuições ao Superintendente, além das estabelecidas no artigo art. 26 deste Regimento;

XI. Avocar à sua análise de julgamento ou decisão quaisquer questões em assuntos que não sejam da competência do Conselho de Administração ou que não tenham sido por este avocado.

XII. Cumprir as demais normas e resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional do SESCOOP;

XIII. Editar e promover o cumprimento das portarias, resoluções e deliberações do Conselho Administrativo Estadual; aprovar regulamentos internos e suas alterações, definindo a atribuição, organização e competência dos setores administrativos e operacionais, observando as normas e deliberações expedidas pelo Conselho Nacional do SESCOOP.

**Superintendente** – O Superintendente é indicado e nomeado pelo Presidente após aprovação do Conselho de Administração. Compete ao Superintendente:

I. Organizar o cadastro, o monitoramento, o controle, a consultoria, a auditoria e a supervisão em cooperativas;

II. Exercer a coordenação, a supervisão e a fiscalização da execução dos programas e dos projetos de formação profissional, de gestão cooperativista e de promoção social no Estado;

III. Articular-se com órgãos e entidades públicas ou privadas estabelecendo instrumentos de cooperação;

IV. Encaminhar ao Conselho de Administração relatórios trimestrais e anuais, com base no plano de trabalho;

V. Dirigir, ordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da administração, praticando os atos pertinentes de sua gestão, por meio da expedição de ordem de serviço;

VI. Assinar, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração, ou seus procuradores devidamente constituídos, cheques e documentos de abertura e movimentação de contas bancárias;

VII. Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor da administração, do Conselho de Administração e do seu Presidente;

VIII. Praticar os atos de admissão, gestão e demissão dos empregados, sob a supervisão do Presidente do Conselho de Administração;

IX. Encaminhar ao Conselho de Administração, por intermédio do Presidente, as propostas de planos de trabalho, os planos anuais e plurianuais, o planejamento estratégico contendo os objetivos, as ações e as datas de execução, os balanços e demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório anual de atividades, cujas peças deverão ser apreciadas e aprovadas até o final do primeiro trimestre do ano subsequente ao da prestação de contas, ou conforme determinar a lei;

X. Secretariar as reuniões do Conselho de Administração;

XI. Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho de Administração os projetos de atos e normas cuja decisão não seja de sua competência;

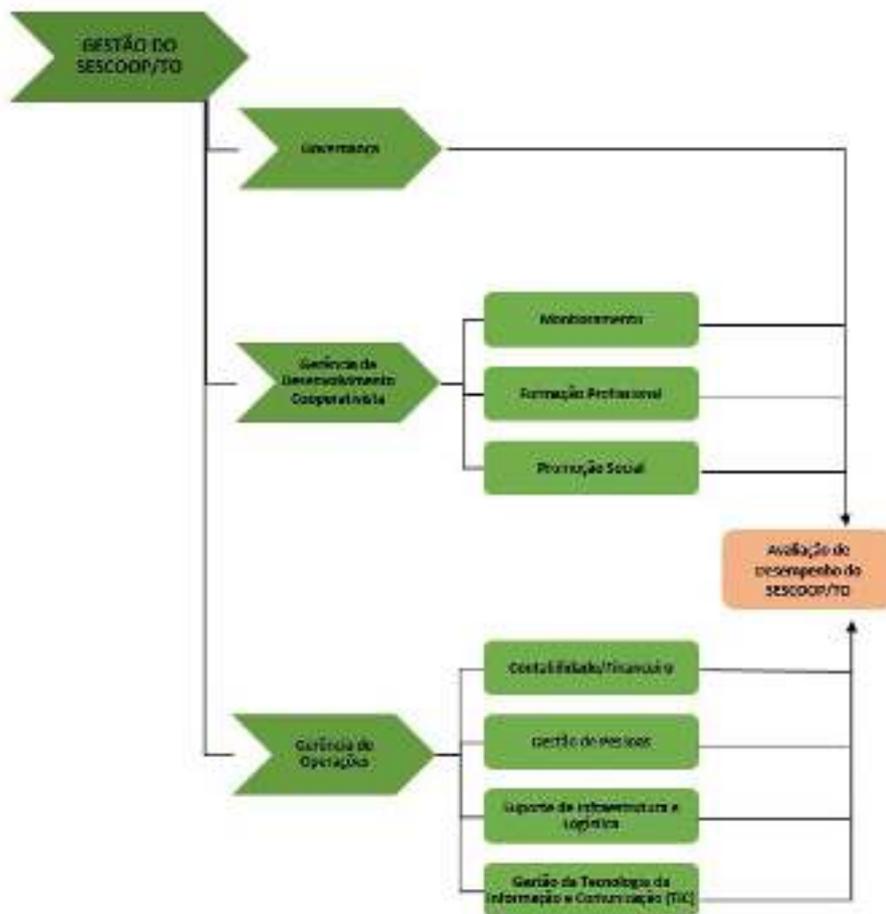
XII. Expedir instruções de serviço visando o cumprimento eficiente dos objetivos do SESCOOP/TO e das normas editadas pelo Conselho de Administração;

XIII. Difundir metodologias para a formação profissional e para a promoção social dos empregados e cooperados nas sociedades cooperativas.

## **2.5. Macroprocessos Finalísticos**

A Unidade do SESCOOP/TO construiu sua cadeia de valor a partir do mapeamento das atividades desenvolvidas por ela e, dessa forma, consolidadas em macroprocessos. A cadeia de valores demonstra o fluxo dos principais macroprocessos por meio dos quais a unidade estadual gera resultados para o seu público-alvo. Os processos, juntamente com os eventos, integram o modelo de gestão adotado que se caracteriza por ser ágil, moderno, orgânico e adequado aos objetivos organizacionais e estratégicos. Os macroprocessos que integram a cadeia de valor estão divididos em atividades finalísticas e de apoio e estão representados na Figura:

**Figura 02 - Macroprocessos do SESCOOP/TO**



**Fonte:** SESCOOP/TO

Os macroprocessos identificados foram distribuídos de acordo com as áreas que compõem a estrutura organizacional do SESCOOP/TO, conforme quadro abaixo:

### Quadro 03 – Macroprocessos do SESCOOP/TO

MACROPROCESSOS DO SESCOOP/TO		
Macroprocessos de Apoio		
Macroprocesso	Processo	Atividade
<b>Gerência de Operações</b>	Contábil/financeiro	Compreende as atividades necessárias ao registro contábil, conciliação dos lançamentos do registro financeiro e das contas patrimoniais, provisões, benefícios sociais, encargos, impostos; depreciações e obrigações acessórias.
		Compreende os processos envolvidos na gestão dos recursos financeiros e contábeis do SESCOOP, considerando os processos de arrecadação até a prestação de contas e contabilização.
	Gestão de Pessoas	Compreende os processos envolvidos no acompanhamento da vida profissional do colaborador da unidade estadual, desde seu recrutamento e seleção até o estágio de inatividade. Considera o gerenciamento de uma política de gestão de pessoas com foco nas necessidades dos colaboradores e nos objetivos e resultados institucionais.
	Suporte de Infraestrutura e Logística	Compreende as atividades necessárias à disponibilização dos serviços, transporte, viagem e outros, necessários à manutenção das instalações e serviços.
		Compreende as atividades necessárias à aquisição de produtos e serviços de acordo com a legislação vigente. Inicia com a solicitação do produto ou serviço e conclui com a entrega ao cliente ou ao almoxarifado.
		Compreende as atividades necessárias ao apoio administrativo às diversas áreas do SESCOOP/TO.
		Compreende a avaliação do desempenho dos processos de suporte de infraestrutura e logística em relação às metas e indicadores previamente estabelecidos.
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Compreende as atividades necessárias ao gerenciamento (controle e manutenção) dos bens imobilizados.	
	Compreende os processos envolvidos na garantia da estrutura física, lógica, suporte técnico e segurança tecnológica adequada às necessidades da unidade estadual	
<b>Gerência de Desenvolvimento de Cooperativas</b>	Gestão da formação profissional	Compreende os processos envolvidos no planejamento, na organização, administração e execução de programas, projetos, atividades e ações de qualificação e formação profissional aos cooperados, empregados de cooperativas e seus familiares, bem como promover soluções, produtos e serviços voltados à gestão das cooperativas.
	Gestão do Monitoramento	Compreende os processos envolvidos desde o apoio ao fomento, o acompanhamento e desenvolvimento da gestão cooperativista, com vistas a sua excelência para sustentabilidade.
	Gestão da promoção social	Compreende os processos envolvidos no planejamento e na execução de programas, projetos, atividades e ações nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e integração social para os empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares.

**Fonte:** Minuta de Regimento e da Estrutura Organizacional do SESCOOP/TO.

## CAPÍTULO 3: PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

### 3.1. Planejamento organizacional

O Plano estratégico institucional, compreendendo o horizonte 2015-2020, foi construído em seis etapas, a saber:

1 – Elaboração dos Cenários de Atuação e identificação dos Desafios Estratégicos do Cooperativismo:

Contemplou a avaliação e mapeamento das tendências e perspectivas futuras ao ambiente de atuação do cooperativismo, identificação das oportunidades e ameaças para o SESCOOP, antecipadas pelos cenários desenvolvidos e identificação de necessidades e demandas das cooperativas.

Nesta etapa destacou-se a participação de formadores de opinião, especialistas, pesquisadores e atores que impactam o cooperativismo, por meio de entrevistas em profundidade, e de dirigentes de cooperativas de diversos ramos, tamanhos e localidades, que responderam pesquisa via web e participaram de grupos focais - técnica de pesquisa que coleta dados a partir da interação entre grupos, no caso, de cooperativas, ao se discutir tópicos sugeridos pelo pesquisador.

2 – Avaliação do Plano do SESCOOP (2010-2013)

Avaliação da execução do plano estratégico 2010-2013 e seu modelo de elaboração e do ambiente interno do SESCOOP, com destaque para a realização de pesquisas internas com colaboradores das unidades nacional e estaduais do SESCOOP, para a identificação de forças e fragilidades.

3 – Formulação da Estratégia

Para a formulação da estratégia do SESCOOP foram realizadas oficinas com a participação de lideranças do SESCOOP.

4 – Modelo de Desdobramento do Plano para Unidade Nacional e Unidades Estaduais

Foi desenvolvido modelo para que as unidades do SESCOOP realizassem o desdobramento da estratégia institucional em planos estaduais.

5 – Desenvolvimento de Sistema de Indicadores

Definição de indicadores para mensurar a execução da estratégia institucional.

6 – Capacitação das Unidades Nacional e Estaduais

Realização de capacitação com participantes das unidades nacional e estaduais para apresentação do novo ciclo e orientação sobre a elaboração dos planos estratégicos das unidades nacional e estaduais, pautados no plano institucional.

Este ciclo de planejamento apresentou grandes diferenciais e destacou-se pela intensa participação dos diversos *stakeholders* em sua elaboração. Entre as principais características desse processo estão:

- Planejamento integrado, apresentando grande sinergia entre a Unidade Nacional e Unidades Estaduais;
- Elaboração de cenários para o cooperativismo em 2025;

- Participação direta das cooperativas no processo de planejamento;
- Definição do futuro desejado para o cooperativismo nos próximos 10 anos;
- Identificação dos Desafios Estratégicos do cooperativismo.

Os principais fundamentos do plano e o mapa estratégico institucional do SESCOOP 2015-2020 encontram-se descritos a seguir:

**Visão do Cooperativismo** – descreve a situação desejada para o cooperativismo em 2025:

“Em 2025, o cooperativismo será reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados”.

**Desafios do Cooperativismo** – demandará esforço das cooperativas e forte atuação das instituições que atuam em favor do desenvolvimento do cooperativismo, em especial do SESCOOP. Os desafios a serem superados para alcance da visão de futuro do cooperativismo são:



**Missão do SESCOOP** – representa a razão de ser da instituição:

“Promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras”.

**Objetivos Estratégicos Finalísticos do SESCOOP** – revelam as principais escolhas da instituição para o período do plano e são orientados para o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão organizacional. São eles:

- Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo;
- Promover a profissionalização da gestão cooperativista;
- Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional;
- Promover a profissionalização da governança cooperativista;
- Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas;
- Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida;
- Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental.

**Objetivos Estratégicos de Gestão** – contribuem para a melhoria da organização e dos processos de gestão interna, auxiliando no alcance dos objetivos estratégicos finalísticos. São eles:

- Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos;
- Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas;

- Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos;
- Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos;
- Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores

O grande desafio das organizações não está no planejamento em si, mas na execução da estratégia e superá-lo dependerá, em grande parte, de uma gestão estratégica voltada ao alcance de resultados concretos.

Nesse sentido, o SESCOOP tem como aliada a Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR, um modelo de gestão que reestrutura práticas, adensa a visão estratégica e reorienta a abordagem e a atuação das organizações para a geração de transformações junto ao público-alvo.

Essas transformações são impulsionadas pelos projetos estruturadores, figura que tem entre as suas principais características possuir relação forte e direta com o plano estratégico institucional, ser capaz de elevar o patamar de atuação da Unidade e ser portador de futuro.

Este novo modelo de atuação tem sido reforçado por meio de capacitações regionais realizadas durante o ano de 2016, com foco na formulação de estratégias e estruturação de projetos. Os eventos são coordenados pela Unidade Nacional do SESCOOP, com participação expressiva de colaboradores e lideranças das Unidades Estaduais, envolvidas nos processos de planejamento, projetos e orçamento, com a aplicação teórica e prática dos conceitos.

## MAPA ESTRATÉGICO SESCOOP 2015 - 2020

### VISÃO DO COOPERATIVISMO

"Em 2025, o cooperativismo será reconhecido pela sociedade por sua competitividade, integridade e capacidade de promover a felicidade dos cooperados"

### MISSÃO DO SESCOOP

PROMOVER A CULTURA COOPERATIVISTA E O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS

### VALORES

- FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS E À DOCTRINA COOPERATIVISTAS
- DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS
- RESPEITO À DIVERSIDADE
- COMPROMISSO COM A INOVAÇÃO E RESULTADOS
- TRANSPARÊNCIA E AUSTERIDADE

	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS DAS COOPERATIVAS	COMUNIDADES
PROPOSTA DE VALOR	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DA COOPERATIVA</li> <li>APOIO NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS COOPERADOS E DA MÃO DE OBRA</li> <li>ESTÍMULO À FIDELIZAÇÃO DOS COOPERADOS</li> <li>DISSEMINAÇÃO E APLICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS</li> <li>DESENVOLVIMENTO SOCIAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>EDUCAÇÃO E GESTÃO COOPERATIVISTA</li> <li>PADRÕES EM GESTÃO E GOVERNANÇA COOPERATIVISTA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>EDUCAÇÃO E GESTÃO COOPERATIVISTA</li> <li>EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CONHECIMENTO DA CULTURA DA COOPERAÇÃO</li> <li>ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL</li> </ul>
		<p>PÚBLICO INTERNO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO</li> <li>GESTÃO PROFISSIONAL E TRANSPARENTE</li> <li>OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL</li> </ul>	<p>ÓRGÃOS DE CONTROLE / SOCIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>EFETIVIDADE, ECONOMICIDADE E TRANSPARÊNCIA NO USO DOS RECURSOS</li> <li>COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS</li> </ul>	<p>PODER EXECUTIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>APOIO NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</li> </ul>

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

FINALÍSTICOS	PROMOVER A CULTURA DA COOPERAÇÃO E DISSEMINAR A DOCTRINA, OS VALORES E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO COOPERATIVISTA	AMPLIAR O ACESSO DAS COOPERATIVAS ÀS SOLUÇÕES DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PROMOVER A PROFISSIONALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA COOPERATIVISTA	
	MONITORAR DESEMPENHOS E RESULTADOS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE DAS COOPERATIVAS	APOIAR INICIATIVAS VOLTADAS PARA A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO E DE QUALIDADE DE VIDA	APOIAR PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL		
GESTÃO	APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E PADRONIZAR PROCESSOS	DESENVOLVER CONTINUAMENTE AS COMPETÊNCIAS DOS COLABORADORES	APRIMORAR E INTENSIFICAR O RELACIONAMENTO COM AS COOPERATIVAS	GARANTIR COMUNICAÇÃO FREQUENTE E ÁGIL COM OS SEUS PÚBLICOS	APERFEIÇOAR O CONTROLE, AMPLIAR E DIVERSIFICAR AS FONTES DE RECURSOS

### **3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício do SESCOOP/TO**

O Plano Estratégico do SESCOOP/TO 2015-2020 está inserido no contexto de um planejamento estratégico corporativo, tendo as unidades nacional e estaduais realizado o seu desdobramento, considerando as estratégias institucionais e a realidade em que estão inseridas.

O adequado desdobramento da estratégia exigiu da Unidade o entendimento da estratégia institucional, a análise dos fatores internos e externos que impactam a sua realidade, a priorização e seleção dos objetivos estratégicos a serem trabalhados, a identificação dos projetos estruturadores e das atividades que contribuirão para o alcance dos resultados esperados pelo SESCOOP.

Concluído o desdobramento da estratégia institucional, foi aprovado o plano estratégico da unidade estadual.

Ressalta-se que dos doze objetivos estratégicos definidos nacionalmente, o SESCOOP/TO atuou no exercício 2016 em onze deles. Não houveram ações voltadas para o objetivo 12 (Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos).

### **3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico**

A cada exercício, a unidade efetua sua reflexão estratégica considerando o cenário de atuação (ambiente externo e interno) para nortear a elaboração do plano de trabalho. O trabalho é executado por meio de reuniões e oficinas com os públicos de interesse, sendo avaliados o desempenho do exercício anterior e o cenário do próximo ano, utilizando-se a matriz SWOT para avaliação das forças e fraquezas do ambiente interno e as ameaças e oportunidades do ambiente externo estadual, visando subsidiar a proposição das iniciativas necessárias ao alcance dos desafios e objetivos estratégicos prioritários da unidade.

No exercício de 2016, o SESCOOP/TO elaborou seu Plano de Trabalho e Orçamento, conforme demanda apresentada pelas cooperativas alinhado aos desafios do sistema cooperativista, visando a execução das iniciativas que permitissem o alcance dos objetivos estratégicos, destacando-se pela importância e impacto na realidade do cooperativismo local e foram considerados principalmente as fraquezas e forças, com o intuito de considerar e avaliar os riscos que poderiam impedir ou prejudicar sua implementação. Esta análise ocorreu também, no momento de identificação de ameaças e oportunidades, inclusive com análise de seus impactos e probabilidades de ocorrência.

Para implementação do seu Plano Estratégico de 2016, o SESCOOP/TO teve necessidade de rever alguns processos de execução junto as cooperativas, principalmente pela dificuldade de agendamento e disponibilidade de pessoas para participar de determinado projeto/ação.

Uma vez aprovado, a implementação do plano estratégico tem sido realizada por meio da execução de projetos e ações que buscam alcançar as transformações necessárias ao desenvolvimento das cooperativas e das demais atividades que suportam a operação do SESCOOP/TO.

### **3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

No exercício de 2016, o SESCOOP/TO elaborou seu Plano de Trabalho e Orçamento visando a execução das iniciativas que permitissem o alcance dos objetivos estratégicos e quatro linhas prioritárias de atuação. Três delas estão relacionadas à missão da entidade, por isso são classificadas como áreas finalísticas: formação profissional, promoção social, e monitoramento e desenvolvimento de cooperativas. A quarta e última área de atuação trata da “Gestão do Sistema”, ou seja, dos processos que dão suporte e apoio a área finalística, visando atingir os objetivos institucionais do SESCOOP.

Pela importância e impacto na realidade do cooperativismo local, destacamos as seguintes iniciativas por área de ação:

### **Ações de Formação Profissional**

Foram realizadas em 2016, 112 eventos de formação profissional para um público de 4031 pessoas, em 1.323 horas de trabalho, tendo sido aplicado o recurso de R\$1.579.180,90 voltados para a ampliar o acesso das cooperativas à educação em gestão cooperativista, envolvendo dirigentes e profissionais. Na sequência são apresentados alguns dos projetos e ações executadas:

- **FORMACOOP Gurupi** – A formação foi uma realização do SESCOOP/TO em parceria com a UNIMED Gurupi, e envolveu a participação de mais outras 3 cooperativas no município de Gurupi-TO. Teve como objetivo formar profissionais qualificados, desenvolvendo e fornecendo elementos teóricos e metodológicos de forma que pudessem adquirir visão crítica e consciente da cooperativa em que estão inseridos, propiciando uma troca de experiências e a busca por novos conhecimentos. A formação beneficiou 28 pessoas, dentre gestores e colaboradores, durante 58 horas divididas em 7 módulos.
- **Formação de Agentes de Desenvolvimento Humano (ADH)** – A formação teve por objetivo capacitar os agentes que são o elo de ligação das cooperativas do Tocantins com o SESCOOP/TO. Compete ao ADH a elaboração do Plano de Trabalho, bem como responsabilidade por sua execução. A formação foi dividida em três módulos, e capacitou 14 colaboradores/associados de 10 cooperativas.

Os analistas e técnicos do SESCOOP/TO – participaram do treinamento para utilização do sistema de Gestão de Desenvolvimento Humano – GDH, previsto para ser implantado em 2017. Trata-se de uma ferramenta de gestão que auxilia na atividade finalística do SESCOOP/TO, além disso, garante aos gestores informações padronizadas e precisas para tomarem decisões mais acertadas e pautadas em dados. A ferramenta possibilita, ainda, organizar e acompanhar as ações de formação profissional e de promoção social, objetivando o desenvolvimento das cooperativas, gerando dados para mensuração do grau de desenvolvimento humano dos cooperados, seus familiares e empregados.

### **Ações de Promoção Social**

Foram realizadas em 2016, 40 ações de promoção social, para um público de 7658 pessoas, envolvendo 16 cooperativas com uma aplicação direta de R\$186.765,36, voltadas à redução de externalidades negativas do ambiente de atuação das cooperativas, referentes aos aspectos socioambientais. Na sequência são apresentados alguns dos projetos/ações executados:

- **Dia de Cooperar 2016 – Dia C** – É uma campanha nacional desenvolvida pela Unidade Nacional do SESCOOP e executado em parceria com as unidades estaduais. Como estratégia de promoção do sétimo princípio cooperativista, o projeto se destina a realização de ações de voluntariado e cooperação entre as cooperativas, seus associados, colaboradores e familiares em prol da comunidade ao qual atua. No Tocantins, em 2016, foram atendidas 5005 pessoas, com a adesão de 14 cooperativas e 18 filiais, 1.465 voluntários executado em 19 municípios.
- **Programa Cooperar – XII Edição**, é uma iniciativa da Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi em parceria com o SESCOOP/TO e outras instituições e tem por objetivo integrar todos os funcionários e associados através de inúmeras ações, tais como: palestras educativas, educação cultural (momentos artísticos), festa para crianças (familiares de empregados e colaboradores), minimaratona e campanhas que promova o desenvolvimento comunitário. Em 2016,

na sua décima segunda edição, o programa contou com projetos voltados para a temática da responsabilidade socioambiental e qualidade de vida. Foram beneficiados diretamente pelo Programa Cooperar mais de 1500 pessoas entre associados, colaboradores da indústria, seus familiares e a comunidade em geral.

### **Ações de Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas**

Foram realizadas em 2016, 43 ações/atendimentos de monitoramento e desenvolvimento, tais como programas de orientação, visitas técnicas, acompanhamentos de assembleias e consultorias técnicas, somando 375 horas técnicas com a aplicação de R\$197.119,75, com a finalidade de possibilitar a adoção de boas práticas de governança e gestão pelas cooperativas. Destacamos algumas ações desenvolvidas na área de monitoramento e desenvolvimento:

- Programa de Orientação e Acompanhamento Cooperativista (POC) - Tem como proposta garantir conhecimento a grupos interessados em saber mais sobre a doutrina, princípios, valores e características de uma sociedade cooperativista. Este programa visa aumentar os níveis de conhecimento da sociedade em cooperativismo, preparando estes grupos para constituir ou fazer parte de cooperativas de forma consciente e responsável, ajudando a disseminar a cultura cooperativista. Em 2016 foram realizadas 10 ações direcionadas a grupos de interesse, somando ao todo 204 pessoas atendidas.
- Consultorias Técnicas e Treinamentos para Cooperativas – Têm como objetivo de diagnosticar, recomendar e dotar as cooperativas de informações e instrumentos, que propiciem orientar e melhor direcionar as atividades e seus negócios na busca por melhores resultados. Em 2016 foram propiciadas 300 horas/técnicas, beneficiando 5 cooperativas do Estado.

Para implementação do seu Plano, no ano de 2016, o SESCOOP/TO utilizou como estratégia a construção de projetos alinhados a seus objetivos estratégicos de acordo com as ações demandadas pelas cooperativas de sua área de atuação. Os meios de divulgação utilizados foram ofícios, circulares, reuniões, encontros, redes e mídias sociais como: site; e-mail, facebook, twitter, sms e whatsapp.

As ferramentas que permitem à área de Monitoramento fazer diagnósticos e sugerir oportunidades de melhorias nas cooperativas registradas, o SESCOOP/TO contou principalmente, com quatro programas. São eles: Programa de Orientação Cooperativista (POC), Sistema Nacional de Autogestão das Cooperativas (SINAC), Programa de Acompanhamento da Gestão Cooperativista (PAGC) e Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). O POC fornece orientações técnicas sobre como constituir, registrar e administrar uma cooperativa. É uma forma de garantir a manutenção das características deste tipo de sociedade e a adesão da futura cooperativa ao Sistema OCB/SESCOOP-TO. O SINAC é alimentado com dados de todas as cooperativas. O objetivo é manter os dados das cooperativas sempre atualizados e de forma sistêmica, integrado ao Sistema OCB. PAGC visa manter as características da sociedade cooperativa, verificando se o estatuto, atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, das reuniões dos conselhos de administração e fiscal estão de acordo com a Lei nº 5764/71. PDGC incentiva a adoção de boas práticas de gestão e governança pelas cooperativas. Baseia-se no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade, que é referência para a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações. A partir de dados fornecidos pela cooperativa, é possível saber o grau de maturidade da gestão, por meio de relatórios gerados pelo próprio sistema.

#### **3.1.4. Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos**

O SESCOOP/TO adota o sistema de planilhas a partir dos relatórios individuais por ação, bem como o relatório de progresso para projetos e ações de formação continuada para acompanhamento e

monitoramento da execução e resultados do Plano de Trabalho. A tabela a seguir demonstra a execução física e financeira dos projetos/atividade previstos para o exercício de 2016.

**Tabela 02: Execução física e financeira dos projetos/atividades do SESCOOP/TO para o exercício de 2016**

Objetivos Estratégicos	Proj/ Ativ	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
		Unid. Medida	Prev.	Real.	% Realiz.	Prevista	Realiz.	% Realiz.
1. Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo.	5101	Pessoas beneficiadas	370	762	206%	261.814,00	99.503,79	38,00%
2. Promover a profissionalização da gestão cooperativista	5201	Pessoas beneficiadas	136	70	51%	189.520,00	128.800,92	67,96%
3. Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional	5202	Pessoas beneficiadas	2008	2116	105%	1.106.321,00	822.073,92	74,30%
4. Promover a profissionalização da governança cooperativista	5203	Pessoas beneficiadas	321	1387	432%	821.156,00	609.658,63	74,24%
5. Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas	5204	Cooperativas beneficiadas	52	42	81%	276.549,00	194.890,98	70,47%
6. Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança no trabalho e de qualidade de vida	5301	Pessoas beneficiadas	495	968	196%	57.390,00	14.583,79	25,41%
7. Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental	5302	Pessoas beneficiadas	9940	6590	66%	118.800,00	93.553,98	78,45%
8. Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos;	5401	UE beneficiada	1	1	100%	295.679,00	85.303,13	28,84%
9. Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas	5403	UE beneficiada	1	1	100%	15.735,00	15.734,94	99,99%
10. Garantir a Comunicação Frequente e ágil com os seus públicos	5404	UE beneficiada	1	1	100%	59.750,00	17.500,00	29,29%
12. Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores	5402	UE beneficiada	1	1	100%	91.100,00	67.029,50	73,58%

Fonte: Plano de trabalho/Sistema Zeus

### 3.2. Desempenho Orçamentário do Exercício

Como entidade vinculada ao Ministério do Trabalho, o SESCOOP organiza as suas iniciativas a partir de uma classificação programática, que identifica os objetivos a serem atingidos com a realização das despesas. Cada nível de governo possui sua própria estrutura programática em função das peculiaridades e necessidades existentes.

A referida estrutura é composta por Programas, que representam o instrumento de organização da atuação governamental e articula um conjunto de ações.

As ações, neste caso, não são as necessárias à consecução dos projetos, mas um instrumento utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.

De maneira a alinhar a execução estratégica à orçamentária, o SESCOOP utiliza a vinculação dos seus Objetivos Estratégicos – finalísticos e de gestão – a Programas e Ações monitoradas pelo MTPS, conforme quadro abaixo.

<b>Programa / Área Temática</b>	<b>Ação / Objetivo Estratégico</b>
<b>5100 - Cultura da Cooperação</b>	5101 - Promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os valores e princípios do cooperativismo
<b>5200 - Profissionalização e Sustentabilidade</b>	5201 - Promover a profissionalização da gestão cooperativista
	5202 - Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional
	5203 - Promover a profissionalização da governança cooperativista
	5204 - Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas
<b>5300 - Qualidade de vida e responsabilidade socioambiental</b>	5301 - Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e segurança do trabalho e de qualidade de vida
	5302 - Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental
<b>5400 - Apoio à Gestão</b>	5401 - Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos
	5402 - Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores
	5403 - Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas
	5404 - Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos
	5405 - Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos

No caso de iniciativas que não se vinculam diretamente aos objetivos estratégicos do SESCOOP, utiliza-se os Programas e Ações, conforme Quadro abaixo.

<b>Programa</b>	<b>Ação</b>
<b>0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego</b>	8938 - Gestão do Processo de Planejamento Institucional
<b>0106 – Gestão da Política de Trabalho e Emprego</b>	8911 – Gestão Administrativa
<b>0750 – Apoio Administrativo</b>	8901 - Manutenção de Serviços Administrativos
	8977 - Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais
	8910 – Ações de Informática
<b>0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno</b>	8915 - Assistência Financeira a Entidades
<b>0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno</b>	8914 – Serviços de Administração e Controle Financeiro
	8951 – Serviços de Auditoria
<b>0100 - Assistência ao Trabalhador</b>	8903 - Assistência Médica e Odontologia
	8905 - Auxílio Alimentação/Refeição aos Colaboradores
	8906 - Auxílio Transporte aos Colaboradores
	8907 - Assistência Social aos Colaboradores
<b>0750 – Apoio Administrativo</b>	8904 - Assistência de Seguro de Vida em grupo

A execução orçamentária dos programas executados pelo SESCOOP/TO em 2016 segue descrita a seguir:

**Tabela 03 – Execução Orçamentária dos Programas Executados pelo SESCOOP/TO**

<b>PROGRAMAS</b>	2015 R\$ (1,00)	2016 R\$ (1,00)		% Exec.
		<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	
<b>1 - Atuação Finalística</b>	<b>964.223,73</b>	<b>2.831.550,00</b>	<b>1.963.066,01</b>	<b>69,32</b>
Programa 5100- Cultura da Cooperação (a)	73.517,88	261.814,00	99.503,79	38,01
Programa 5200- Profissionalização e Sustentabilidade (b)	776.106,30	2.393.546,00	1.755.424,45	73,34
Programa 5300 - Qualidade de Vida (c)	114.599,55	176.190,00	108.137,77	61,37
<b>2 - Gestão do Sistema – Atividade Meio</b>	<b>742.250,37</b>	<b>1.324.955,00</b>	<b>881.436,23</b>	<b>66,53</b>
Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho e Emprego (d)	257.448,25	349.337,00	273.322,60	78,24
Programa 5400 - Administração e Apoio (e)	119.268,49	462.264,00	185.567,57	40,14
Programa 0750 - Apoio Administrativo (f)	355.514,38	497.847,00	409.911,50	82,34
Programa 0773 - Gestão da Política de Execução Financeira, contábil e de Controle (g)	10.019,25	15.507,00	12.634,56	81,47
<b>TOTAL</b>	<b>1.706.474,10</b>	<b>4.156.505,00</b>	<b>2.844.502,24</b>	<b>68,43</b>

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II

### 3.2.1. Execução Física e Financeira dos Programas e Ações

A seguir apresenta-se o detalhamento da execução física e financeira dos Programas realizados pela entidade durante o período de 2016. Ressalta-se que as informações do Programa 5200 – Profissionalização e Sustentabilidade encontra-se detalhada no apêndice I na página 69.

#### Programa: 5100 – Cultura da Cooperação

**Tabela 04 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade**

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
5101	1- Promover a cultura da cooperação e disseminação da doutrina cooperativista	Programa de Orientação Cooperativista	Nº participantes em eventos relacionados ao tema	100	204	204,00%	7150,00	2228,77	31,17%
		Curso Básico de Cooperativismo		50	299	598,00%	17425,00	15324,58	87,95%
		Palestras Cooperativismo		100	159	159,00%	4866,00	3322,85	68,29%
		Manutenção do Funcionamento - EDUC		-	-	-	61357,00	31648,28	51,58%
		Formação Programa Cooperjovem		20	11	55,00%	39421,00	275,00	0,70%
		Encontro de Mulheres Cooperativistas		40	47	117,50%	32075,00	5710,00	17,80%
		Formacoop Sicoob Núcleo Feminino		20	15	75,00%	92520,00	38862,41	42,00%
		Iniciativas Núcleo Feminino Sicoob Credipar		20	27	135,00%	7000,00	2131,90	30,46%
<b>Total</b>							<b>R\$ 261.814,00</b>	<b>R\$ 99.503,79</b>	<b>38,01%</b>

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

O objetivo deste programa é promover a cultura da cooperação e disseminar a doutrina, os princípios e os valores do cooperativismo. Observa-se na tabela acima que a execução física ficou superior ao previsto, com a utilização de apenas 38% do recurso destinado para o desenvolvimento deste programa, ou seja, houve uma economicidade na utilização do recurso.

## Programa 5300- Qualidade de Vida e Responsabilidade Socioambiental

Tabela 05 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
5301	6-Apoiar iniciativas voltadas para a saúde e a segurança no trabalho e QVT	Curso Brigada de Incêndio	Nº participantes em eventos relacionados ao tema	15	20	133,33%	1250,00	1236,00	98,88%
		Campanha Qualidade de Vida		300	907	302,33%	38000,00	8023,00	21,11%
		Curso Segurança no Trabalho e Primeiros Socorros		20	14	70,00%	1325,00	1324,79	99,98%
		Palestras Motivacionais		160	37	23,13%	16815,00	4000,00	23,79%
5302	7-Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental	Dia de Cooperar 2016	Nº participantes em eventos relacionados ao tema	8355	5005	59,90%	77900,00	54153,98	69,52%
		GeraRenda COAPA		48	48	100,00%	5400,00	4720,00	87,41%
		Cooperar XII Edição – Cooperfrigu		1500	1500	100,00%	35500,00	34680,00	97,69%
<b>Total</b>							<b>R\$ 176.190,00</b>	<b>R\$ 108.137,77</b>	<b>61,38%</b>

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

Este programa que tem o objetivo de intensificar a segurança no trabalho e a adoção de responsabilidade socioambiental pelas cooperativas e promover estilo de vida saudável entre os cooperados, empregados e familiares teve, uma aplicação financeira de 61,38% do valor previsto e a meta física também ficou abaixo do programado, devido principalmente a uma estimativa elevada de público nas ações do Dia de Cooperar que em razão de algumas ações serem realizadas em escolas que estavam em período de férias não atingiu a quantidade de público esperado.

## Programa 5400 – Apoio à Gestão

Tabela 06 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
5401	8-Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos	Manutenção do Funcionamento – Informática	% do orçamento	1,75	1,54	88,00	72.959,00	43.949,48	60,24
		Projeto Estruturador 02 – Gestão por Processos		1,17	1,42	121,37	48.542,00	40.541,65	83,52
		Projeto Estruturador 03 – Gestão Documental		4,19	0,03	0,72	174.178,00	812,00	0,47
5402	9-Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores	Projeto Desenvolvimento de Competência Colaboradores SESCOOP	% de rotatividade de pessoal (turnover)	10	35	350	91.100,00	67.029,50	73,58
5403	10-Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas	Participação em Feira de Tecnologia e Inovação	% de crescimento da receita realizada	55,00	98,60	179,27	59.750,00	17.500,00	29,29
5404	11-Garantir comunicação frequente e ágil com seus públicos	Plano de Comunicação e Marketing	% do orçamento	0,38	0,55	144,74	15.735,00	15.734,94	99,99
Total							462.264,00	185.567,57	40,14

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

Este programa teve o objetivo de desenvolver e garantir competências, integrar e alinhar o Sistema SESCOOP, foi utilizado 40,14% do recurso previsto, em função do programa de gestão documental ter sido reprogramada para o ano de 2017.

**Programa 0106- Gestão da Política de Trabalho e Emprego (122- Administração Geral)**

Tabela 07 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
8911	Gestão Administrativa	Manutenção do Funcionamento - Presidência	Entidade Mantida	1	1	100	21.317,00	7.908,39	37,09
		Manutenção do Funcionamento – Superintendência		1	1	100	303.186,00	247.818,23	81,74
Total							324.503,00	255.726,62	78,80

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

O objetivo deste programa é coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais. Conforme se observa na tabela acima teve uma execução de 78,80% do valor previsto.

**Programa 0106- Gestão da Política de Trabalho e Emprego (125 –Normatização e Fiscalização)**

Tabela 08 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
8938	Gestão do Processo de Planejamento Institucional	Manutenção do Funcionamento – Conselho deliberativo	Plano Desenvolvido	1	1	100	24.834,00	17.595,98	70,85
Total							24.834,00	17.595,98	70,85

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

## Programa 0750 - Apoio Administrativo

Tabela 09 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
8901	Manutenção de Serviços Administrativos	Manutenção do Funcionamento – Administrativo/Financeiro	Serviço Mantido	1	1	100	465.447,00	380.241,50	81,69
		Manutenção do Funcionamento – Jurídico		1	1	100	32.400,00	29.670,00	91,57
Total							497.847,00	409.911,50	82,34

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

O objetivo deste programa é prover os órgãos do SESCOOP dos meios administrativos para implementação da gestão de seus programas finalísticos e foi utilizado 82,34% do valor previsto, conforme quadro acima.

## Programa 0773 – Gestão das Políticas de Execução Financeira, Contábil e de Controle Interno

Tabela 10 - Metas físicas e financeiras do Projeto/Atividade

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid.Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
8914	Serviços de Administração e Controle Financeiro	Manutenção do Funcionamento – Conselho Fiscal	Serviço Mantido	1	1	100	15.507,00	12.634,56	81,48
Total							15.507,00	12.634,56	81,48

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

Este programa tem o objetivo é contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do SESCOOP, mediante administração financeira, orçamentária e contábil teve uma execução orçamentária de 81,48% da previsão orçamentária.

### 3.2.2. Fatores Intervenientes do Desempenho Orçamentário

Informamos os fatores de interveniência no desempenho orçamentário do SESCOOP/TO:

- Poucas cooperativas em funcionamento no Tocantins - dessa forma concentra-se muitas ações em poucas cooperativas.
- Limitação de público alvo para as ações promovidas pelo SESCOOP/TO, pelo quadro de pessoal reduzido nas cooperativas.
- Alto índice de rotatividade e limitação de pessoas contratadas e qualificadas para cada área de atuação do SESCOOP/TO.

As situações relacionadas acima interferiram na regular execução do plano de trabalho do SESCOOP/TO em 2016.

### 3.2.3. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Durante o ano de 2016 o SESCOOP/TO não formalizou termo de transferência de recursos, a título de convênios, projetos especiais ou termos de parceiras. Os últimos projetos especiais em que o SESCOOP-TO foi executor, teve a prestação de contas apresentadas no ano de 2015.

Veja no quadro a seguir a quantidade de termos de transferências realizados e o montante de valores recebidos nos três últimos anos:

#### Quadro 04 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade contratante						
Nome:	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional					
UG/GESTÃO:	SESCOOP/TO					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Projetos Especiais Fundecoop	-	-	3	-	33.375,00	373.031,00
Totais	-	-	3	-	33.375,00	373.031,00

Fonte: Termos de Transferência de Recurso Fundecoop

Cabe que desde o exercício de 2011 o SESCOOP/TO não concede transferências de recursos e também não existe pendência de prestação de contas decorrentes de repasse concedido. E desde 2008 não recebe transferências na modalidade de convênio e nem termo de cooperação. Todas as transferências recebidas até o momento estão com prestação de contas realizadas dentro do período de vigência.

### 3.2.4. Informações sobre Realização das Receitas

A principal fonte de recursos do SESCOOP é a contribuição social, no montante de 2,5%, incidente sobre as folhas de pagamento das cooperativas. A tabela abaixo apresenta a evolução das Receitas do SESCOOP/TO nos três últimos exercícios.

**Tabela 11 – Evolução das Receitas do SESCOOP/TO**

Receita	2014	2015	Variação % 2014/2015	2016	Variação% 2016/2015
Contribuições	626.623,27	757.206,87	20,83	878.414,33	16,00
Financeiras	63.819,13	134.478,74	110,72	243.819,58	81,31
Serviços	1.780,00	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	20.661,34	7.548,65	-63,46	10,33	-99,86
Receitas de Transferências	1.383.541,17	1.236.499,08	-10,63	3.097.546,00	150,51
Alienação de Bens	21.700,00	-	-	21.900,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.118.124,91</b>	<b>2.135.733,34</b>	<b>0,83</b>	<b>4.241.690,24</b>	<b>98,60</b>

Fonte: Sistema Zeus – Relsim 004

O programa de trabalho/orçamento do SESCOOP/TO do exercício de 2016, na forma da reprogramação aprovada pelo Conselho Nacional, envolveu recursos no total de R\$ 4.156.505,00. As receitas atingiram o valor de R\$ 4.241.690,24 o que representou variação percentual de 98,60 em relação ao ano de 2015 e de 2,05 % da previsão orçamentária. A execução da receita de 2016 está detalhada a seguir.

Os elementos que deram origem às receitas do SESCOOP/TO, nos doze meses acumulados de 2015, comparados aos doze meses do exercício são os seguintes:

- Receitas de Contribuições – Valor transferido pela Unidade Nacional do SESCOOP, referente ao repasse proporcional informado pelo INSS (68% da arrecadação líquida da unidade estadual provenientes da contribuição mensal compulsória oriunda das cooperativas). Em 2016 sofreu variação de 16% em relação a 2015, corresponde ao aumento proporcional da arrecadação da Unidade Estadual.
- Receitas Financeiras – Valor refere-se a rendimentos de recursos aplicados no Banco do Brasil. Sofreu variação de 81,31% em relação a 2015. A variação é em decorrência do aumento do valor aplicado.
- Outras Receitas – Valor refere-se ao valor de recuperação de despesas e descontos obtidos. Houve variação negativa de 99,86% em relação a 2015 em decorrência de mudança na contabilização dos descontos incondicionais sobre compras de passagens e hospedagens e baixa da provisão férias e décimo terceiro por ocasião de rescisões de contrato de trabalho.
- Receitas de Transferências – Valor transferido pela Unidade Nacional do SESCOOP, referentes ao repasse de recursos do Fundcoop Complementar. Houve uma variação de 150,51%, em relação a 2015, devido a mudança no critério de distribuição do recurso pela Unidade Nacional.
- Alienação de bens – Valor refere-se a venda de um veículo, através de licitação na modalidade de Leilão, realizada em 2016. Sendo que em 2015 não houve venda de bens do ativo imobilizado.

A execução da receita de 2016 em relação ao valor previsto está detalhada a seguir:

**Tabela 12 – Execução das Receitas do SESCOOP/TO – 2016**

ORIGENS	Prevista		Realizada		Execução %
	R\$	%	R\$	%	
Receitas de Contribuições	860.575,00	20,70	878.414,33	20,70	102,07
Receitas Patrimoniais	174.484,00	4,20	243.819,58	5,74	139,74
Transferências Correntes	3.097.546,00	74,52	3.097.546,00	73,03	100,00
Outras Receitas Correntes	2.000,00	0,05	10,33	0,01	0,52
Alienação de Bens	21.900,00	0,53	21.900,00	0,52	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.156.505,00</b>	<b>100%</b>	<b>4.241.690,24</b>	<b>100%</b>	<b>102,05</b>

Fonte: Sistema Zeus (Anexo I)

Observa-se que 73,03% das receitas auferidas pelo SESCOOP/TO em 2016 provêm de transferências correntes (repasso do SESCOOP Nacional, através do Fundecoop), as receitas de contribuições representam 20,70% do total realizado. As receitas patrimoniais tiveram uma realização 39,74% a mais que o valor previsto devido ao aumento de recursos em aplicação financeira e consequente aumento dos rendimentos.

### 3.2.5. Informações sobre a Execução das Despesas

#### Quadro 05 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	<b>743.356,02</b>	<b>26,13</b>	<b>435.789,99</b>	<b>25,54</b>	<b>749.971,02</b>	<b>26,48</b>	<b>436.248,49</b>	<b>25,18</b>
a) Convite	<b>29.670,00</b>	<b>1,04</b>	<b>23.000,00</b>	<b>1,35</b>	<b>29.670,00</b>	<b>1,05</b>	<b>23.000,00</b>	<b>1,33</b>
d) Pregão	713.686,02	25,09	412.789,99	24,19	720.301,02	25,43	413.248,49	23,86
2. Contratações Diretas (h+i)	<b>1.236.770,47</b>	<b>43,48</b>	<b>489.266,73</b>	<b>28,67</b>	<b>1.206.476,42</b>	<b>42,59</b>	<b>495.156,73</b>	<b>28,59</b>
h) Dispensa	1.021.982,74	35,93	403.695,32	23,66	1.021.593,39	36,07	409.585,32	23,65
i) Inexigibilidade	214.787,73	7,55	85.571,41	5,01	184.883,03	6,53	85.571,41	4,94
3. Regime de Execução Especial	<b>2.192,79</b>	<b>0,08</b>	<b>2.053,38</b>	<b>0,12</b>	<b>2.192,79</b>	<b>0,08</b>	<b>2.053,38</b>	<b>0,12</b>
j) Suprimento de Fundos	2.192,79	0,08	2.053,38	0,12	2.192,79	0,08	2.053,38	0,12
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	<b>817.979,89</b>	<b>28,76</b>	<b>683.875,25</b>	<b>40,08</b>	<b>829.613,32</b>	<b>29,29</b>	<b>703.264,48</b>	<b>40,60</b>
k) Pagamento em Folha	765.351,57	26,91	638.709,65	37,43	776.985,00	27,43	658.098,88	37,99
l) Diárias	52.628,32	1,85	45.165,60	2,65	52.628,32	1,86	45.165,60	2,61
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	<b>2.800.299,17</b>	<b>98,45</b>	<b>1.610.985,35</b>	<b>94,40</b>	<b>2.788.253,55</b>	<b>98,44</b>	<b>1.636.723,08</b>	<b>94,49</b>
6. Total das Despesas da UPC	<b>2.844.502,24</b>	<b>100</b>	<b>1.706.474,10</b>	<b>100</b>	<b>2.832.456,62</b>	<b>100</b>	<b>1.732.211,70</b>	<b>100</b>

Fonte: Setor de Compras, Balancete (Sistema Zeus)

O SESCOOP/TO segue rigorosamente todas as normas e procedimentos pertinentes para aquisição de bens, produtos e/ou serviços, obedecendo à legislação e tendo toda documentação arquivada em processos individuais.

Em 2016 foram realizados 211 (duzentos e onze) processos licitatórios, dentre os quais, 184 (cento e oitenta e quatro) foram processos de Dispensa Licitatória; 17 (dezesete) processos de Inexigibilidade, 09 (nove), na modalidade Pregão Presencial e 01 (um) processo na modalidade Leilão.

Todos os documentos, procedimentos e processos são rigorosamente conferidos pelo responsável direto e pela Assessoria Jurídica do SESCOOP/TO, a qual emite parecer, antes que se proceda qualquer contratação para aquisição de bens, produtos e/ou serviços, sendo observadas todas as rotinas internas e orientações normativas do SESCOOP Nacional e demais legislações pertinentes para evidenciar a regularidade dos atos de sua gestão pertinente à execução física e financeira de suas atividades, bem como dos processos de licitação e contratos firmados pela Entidade.

A evolução das despesas entre 2014 a 2016 encontra-se demonstrada na tabela a seguir:

**Tabela 13 – Evolução das Despesas do SESCOOP /TO**

<b>Despesas (R\$)</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Variação %</b>	<b>2016</b>	<b>Variação %</b>
<b>Correntes</b>	1.076.386,38	902.006,91	-16,20	1.838.027,18	103,77
<b>Pessoal e Encargos</b>	646.333,81	733.636,74	13,50	878.205,06	19,70
<b>Capital</b>	51.818,72	70.830,45	36,68	128.270,00	81,09
<b>TOTAL</b>	1.774.538,91	1.706.474,10	-3,83	2.844.502,24	66,69

Fonte: Sistema Zeus (Anexo III)

Para a realização do plano trabalho do SESCOOP/TO em 2016 houve uma aplicação de recursos no montante de R\$ 2.844.502,24 (dois milhões oitocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e dois reais e vinte e quatro centavos). O total da despesa realizada em 2015 foi de R\$ 1.706.474,10 (um milhão setecentos e seis mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e dez centavos) uma variação de 66,69%, de um ano para o outro.

Os elementos que deram origem às despesas do SESCOOP/TO, em 2016 comparados aos doze meses do exercício anterior, estão representados, na composição orçamentária apresentada a seguir.

- Correntes – Valores referentes a despesas da atividade fim e meio. A variação foi de 103,77%, em decorrência de ter havido uma maior aplicação de recursos em eventos para as cooperativas.

- Pessoal e Encargos Sociais – Valores referentes a salários, encargos benefícios sociais. A variação foi de 19,70% em função de ajustes previstos em acordo coletivo de trabalho e encargos e aumento do quantitativo de pessoal.

Capital – Valores referentes a aquisição de equipamentos de informática, para atender às necessidades do SESCOOP/TO. A variação foi de 81,09, principalmente pela aquisição de um veículo e compra de condicionadores de ar.

O detalhamento das despesas de 2016 por grupo e elemento de despesa está detalhado no quadro a seguir:

**QUADRO 06 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Previsto		Realizado		% Execução	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>1.113.737,00</b>	<b>803.636,00</b>	<b>878.205,06</b>	<b>733.636,74</b>	<b>79%</b>	<b>91%</b>
Vencimentos e Remunerações	694.654,00	527.773,00	564.444,28	472.602,20	81%	90%
Encargos Sociais	236.789,00	176.623,00	193.303,31	162.678,36	82%	92%
Demais elementos do grupo	182.294,00	99.240,00	120.457,47	98.356,18	66%	99%
<b>2. Outras Despesas Correntes</b>	<b>2.834.738,00</b>	<b>1.378.669,00</b>	<b>1.838.027,18</b>	<b>902.006,91</b>	<b>65%</b>	<b>65%</b>
Serviços Especializados	910.072,00	388.560,00	567.588,29	236.347,54	62%	61%
Passagens e locomoções	457.543,00	229.237,00	266.143,16	127.186,07	58%	55%
Auxílios Educacionais	227.087,00	73.174,00	193.456,00	46.469,00	85%	64%
Diárias e Hospedagens	242.757,00	161.427,00	166.237,10	100.923,05	68%	63%
Material de Consumo	199.115,00	121.561,00	111.104,11	79.419,68	56%	65%
Auditoria e Consultoria	154.100,00	54.975,00	109.689,80	42.125,00	71%	77%
Ocupações e Serviços públicos	94.760,00	83.744,00	93.092,11	83.116,17	98%	99%
Outras Despesas de viagem	91.110,00	-	87.547,95	-	96%	-
Serv. E Divulg. Institucionais	90.739,00	-	52.204,38	-	58%	-
Material de Divulgação	96.830,00	64.810,00	51.485,12	42.939,40	53%	66%
Demais elementos do grupo	270.625,00	201.181,00	139.479,26	143.481,00	52%	71%
DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Previsto		Realizado		% de Execução	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>3. Investimentos</b>	<b>208.030,00</b>	<b>128.972,00</b>	<b>128.270,00</b>	<b>70.830,45</b>	<b>62%</b>	<b>55%</b>
Bens Móveis	168.030,00	105.571,00	89.770,00	47.651,20	53%	45%
Demais elementos do grupo	40.000,00	23.401,00	38.500,00	23.179,25	96%	99%

Em 2016 o SESCOOP-TO teve uma redução no índice de execução da despesa com pessoal, em função concessão de férias coletivas e manutenção do quadro de funcionários em número menor do que o previsto nos doze meses do ano. Já o grupo de outras despesas correntes manteve o mesmo índice de execução, embora tenha aplicado uma quantidade superior de recurso em relação ao ano anterior. A despesa de maior representatividade do grupo de outras despesas correntes foi a de serviços especializados que está incluído a contratação de instrutores para a realização de treinamentos para o público alvo do SESCOOP/TO. Ressalta-se que estas despesas com instrutores são contratadas na modalidade de dispensa de licitação, conforme previsão no artigo 9º, inciso XII da resolução 850/2012.

Das despesas realizadas em 2016, somente um processo não foi pago, por a empresa não ter apresentado regularidade fiscal. Há também provisões para pagamento de férias dos colaboradores em consonância com o regime de competência e a legislação trabalhista.

### 3.3. Desempenho Operacional

O SESCOOP/TO adota formulários de avaliação junto aos participantes e instrutores sobre os eventos de capacitação, ao final de cada evento e utiliza os resultados como subsidio relevante para orientar e ajustar os serviços prestados e vem buscando a cada ano o cumprimento de seu objetivo e para isso, mantém infraestrutura apropriada para desenvolver suas atividades e sempre procurando melhorar sua eficácia, adotando estratégias que possibilitem contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo no Tocantins.

### 3.4. Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho

O SESCOOP/TO vem buscando ano a ano o cumprimento de seu objetivo e para isso, mantém infraestrutura apropriada para desenvolver suas atividades e sempre procurando melhorar sua eficácia, adotando estratégias que possibilitem contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo no estado do Tocantins. A seguir é apresentado os indicadores de desempenho dos últimos três anos.

**Nome: Crescimento da Receita Realizada**

**Descritivo:** Taxa de crescimento percentual do valor total da receita total realizada no ano corrente em relação ao ano anterior

**Fórmula:**  $((\text{Valor da receita total realizada no ano} / \text{Valor da receita total realizada no ano anterior}) - 1) \times 100$

Elemento	2014	2015	2016
Valor Realizado no ano (R\$)	2.118.124,91	2.135.733,34	4.241.690,24
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	1.637.995,69	2.118.124,91	2.135.733,34
<b>Índice de Crescimento da Receita (%)</b>	29,31	0,83	98,60

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** Este indicador demonstra a evolução da receita nos três últimos anos. Observe que de 2014 para 2015 houve um crescimento de 1,01% no valor da receita e em 2016 a evolução foi de 98,60%. Esta evolução ocorreu principalmente em razão do aumento na transferência de recursos do Fundcoop. No entanto ao observarmos a tabela 11 do item 3.2.4 veremos que a receita de contribuição direta teve um aumento de 16%, o que significa que as cooperativas do Tocantins estão evoluindo.

**Nome: Índice de realização do orçamento**

**Descritivo:** Valor do orçamento realizado, em relação ao valor do orçamento previsto

**Fórmula:** (Orçamento total realizado/Orçamento total previsto) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Total Realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
Total Previsto (R\$)	2.227.277,00	2.311.277,00	4.156.505,00
<b>Índice de Realização do Orçamento (%)</b>	<b>79,67</b>	<b>73,83</b>	<b>68,43</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** Observa-se que o valor realizado de 2016 está bem superior aos anos anteriores, mas o índice de realização do orçamento vem diminuindo no período dos três últimos anos; isso demonstra que o SESCOOP/TO precisa adequar sua capacidade de execução conforme o aumento das receitas.

**Nome:** Participação das despesas totais com pessoal no orçamento total realizado

**Descritivo:** Execução do orçamento destinado ao pagamento de pessoal, em relação ao total do orçamento realizado

**Fórmula:** Valor da execução do orçamento destinado ao pagamento de pessoal / Valor do Orçamento total realizado X 100

Elemento	2014	2015	2016
Total das Despesas com Pessoal (R\$)	646.333,81	733.636,74	878.205,06
Orçamento Total Realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação da folha de pagamento (%)</b>	<b>36,42</b>	<b>42,99</b>	<b>30,87</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O índice de aplicação na despesa de pessoal em relação a execução total do orçamento de 2016 ficou em 30,87%, uma variação negativa de 12,12% comparado ao ano de 2015. Significa que a aplicação total dos recursos vem crescendo mais do que as despesas com pessoal. O quadro de colaboradores do SESCOOP/TO vem atuando cada vez mais junto às cooperativas para o desenvolvimento do plano de trabalho.

**Nome:** Índice de realização do orçamento da área meio

**Descritivo:** Refere-se ao valor da execução orçamentária da área meio, exceto pessoal

**Fórmula:** (Valor do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal / Valor do orçamento previsto da área meio) x 100

Elemento	2014	2015	2016
Orçamento realizado da área meio (R\$)	168.389,42	262.452,78	327.507,84
Orçamento previsto da área meio (R\$)	320.342,00	354.399,00	630.223,00
<b>Índice de Execução Orçamentária da Área Meio (%)</b>	<b>52,56</b>	<b>74,05</b>	<b>51,97</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO em 2016 teve uma execução orçamentária na área meio de 51,97%, em 2015 esse percentual foi de 74,05% e em 2013, 52,86%. Nota-se que houve uma redução no índice de realização da área meio, pois não foi possível realizar todas as metas, a exemplo do projeto para o desenvolvimento da gestão de documentos, cuja contratação foi realizada no final de 2016 e o serviço será executado em 2017.

**Nome: Índice de realização do orçamento da área finalística**

**Descritivo:** Refere-se ao valor da execução orçamentária da área finalística, exceto pessoal

**Fórmula:** (Valor do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal / Valor do orçamento previsto da área finalística) x 100

Elemento	2014	2015	2016
Orçamento realizado da área finalística (R\$)	959.815,68	711.958,10	1.638.789,34
Orçamento previsto da área finalística (R\$)	1.202.969,00	1.155.942,00	2.412.545,00
<b>Índice de Execução Orçamentária da Área Finalística (%)</b>	<b>79,78</b>	<b>61,59</b>	<b>67,93</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO em 2016 teve uma execução orçamentária na área finalística de 67,93%, em 2015 esse percentual foi de 61,59% em 2014, 79,78%. Comparando 2016/2015, houve um aumento de 6,34%.

**Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, exclusive pessoal e encargos**

**Descritivo:** Valor executado pela área finalística, exceto pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

**Fórmula:** (Total realizado da área finalística, exclusive pessoal / Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	959.815,68	711.958,10	1.638.789,34
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação da área finalística no orçamento total (%)</b>	<b>54,08</b>	<b>41,72</b>	<b>57,61</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, comparando o valor total do orçamento destinado a área finalística com o valor total do orçamento realizado entre 2016, 2015 e 2014, em termos percentuais teve um acréscimo de 15,89%, comparando 2016/2015 e uma redução de 12,36% comparando 2015/2014, significando que o SESCOOP/TO tem aumentado o investimento em ações finalísticas.

**Nome: Participação da área finalística no total do orçamento realizado, inclusive pessoal e encargos**

**Descritivo:** Valor executado pela área finalística, inclusive pessoal e encargos, em relação ao valor total do orçamento realizado

**Fórmula:** (Total realizado da área finalística, inclusive pessoal / Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor total do orçamento realizado da área finalística (R\$)	1.247.397,76	964.223,73	1.963.066,01
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação da área finalística no orçamento total (%)</b>	<b>70,29</b>	<b>56,50</b>	<b>69,01</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, comparando o valor total do orçamento destinado a área finalística com o valor total do orçamento realizado, incluindo-se as despesas com pessoas e encargos, entre 2016 e 2015, teve um aumento na ordem de 12,51%. Mesmo incluindo o valor das despesas com pessoal nota-se um crescimento na aplicação de recursos.

**Nome:** Participação da área meio no total realizado, exclusive pessoal e encargos

**Descritivo:** Valor executado pela área meio, exceto pessoal, em relação ao valor total do orçamento realizado

**Fórmula:** (Total realizado da área meio, exceto pessoal /Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor total do orçamento da área meio (R\$)	168.389,42	262.452,78	327.507,84
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação da área meio no orçamento total (%)</b>	<b>9,48</b>	<b>15,37</b>	<b>11,51</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, comparando a participação do valor total do orçamento destinado a área meio com o valor total do orçamento realizado entre 2016 e 2015, em termos percentuais, teve uma redução na ordem de 3,86%.

**Nome:** Participação da área meio no total realizado, inclusive pessoal e encargos

**Descritivo:** Valor executado pela área meio, inclusive pessoal, em relação ao valor total do orçamento realizado

**Fórmula:** (Total realizado da área meio, inclusive pessoal /Total do orçamento realizado) x 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor total do orçamento da área meio (R\$)	543.777,38	742.250,37	881.436,23
Valor total do orçamento realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação da área meio no orçamento total (%)</b>	<b>30,64</b>	<b>43,49</b>	<b>30,98</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, comparando o valor total do orçamento destinado a área meio com o valor total do orçamento realizado, incluindo-se as despesas com pessoas e encargos, entre 2016 e 2015, teve uma redução na ordem de 12,51%.

**Nome: Variação do valor do orçamento realizado pela área meio**

**Descritivo:** Valor total do orçamento realizado pela área meio, exceto pessoal, em relação ao ano anterior

**Fórmula:** ((Valor total do orçamento realizado no ano pela área meio, exceto pessoal / Valor total do orçamento realizado no ano anterior pela área meio, exceto pessoal) -1) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor Realizado no ano (R\$)	168.389,42	262.452,78	327.507,84
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	137.402,77	168.389,42	262.452,78
<b>Variação (%)</b>	<b>21,64</b>	<b>55,86</b>	<b>24,79</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, comparando a variação do valor do orçamento realizado no ano pela área meio, em relação ao ano anterior, observa-se uma variação de 2013 para 2014 de 21,64%; de 2014 para 2015 houve uma variação de 55,86% e de 2015 para 2016 a variação foi de 24,79%. O SESCOOP/TO contratou mais um profissional para compor sua equipe da área meio e atender as demandas de estruturação setor de Tecnologia da informação.

**Nome: Variação do valor do orçamento realizado pela área finalística**

**Descritivo:** Valor total do orçamento realizado pela área finalística, exceto pessoal, em relação ao ano anterior

**Fórmula:** ((Valor total do orçamento realizado no ano pela área finalística, exceto pessoal / Valor total do orçamento realizado pela área finalística no ano anterior, exceto pessoal) -1) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor Realizado no ano (R\$)	959.815,68	711.958,10	1.638.789,34
Valor Realizado no ano anterior (R\$)	797.702,14	959.815,68	711.958,10
<b>Variação (%)</b>	<b>20,32</b>	<b>-25,82</b>	<b>130,21</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, comparando a variação do valor do orçamento realizado no ano pela área finalística, em relação ao ano anterior, observa-se uma variação de 130,21%. Essa variação refere-se ao fato de que em 2016 tivemos um maior repasse de recurso do Fundcoop, o que refletiu em um maior número de ações em benefício do público alvo.

**Nome: Participação dos recursos do Fundo Solidário de Desenvolvimento Cooperativo (Fundcoop) no Orçamento total da unidade**

**Descritivo:** Participação dos valores do Fundcoop recebidos e executados pela Unidade, em relação ao orçamento total realizado pela Unidade

**Fórmula:** (Valores Fundcoop recebidos e executados pela Unidade / Orçamento realizado pela unidade) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor Fundecoop recebido e executado pela Unidade (R\$)	1.383.541,17	1.236.499,08	2.844.502,24
Valor total do Orçamento Realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação dos recursos totais do Fundecoop no orçamento total da unidade (%)</b>	<b>77,96</b>	<b>72,46</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentários:** O SESCOOP/TO, comparando a participação do valor recebido e executado do Fundecoop, com o valor total do orçamento realizado, verifica-se que em 2014, essa participação representou 77,96%, em 2015 a participação foi de 72,46% e em 2016 o recurso recebido proveniente do fundecoop ficou a maior que o orçamento realizado, sendo que o superávit está aplicado em Certificado de Depósito Bancário junto ao Banco do Brasil.

**Nome:** Participação dos recursos aplicados nos projetos especiais, no orçamento total da unidade

**Descritivo:** Participação dos valores recebidos e executados pela Unidade para a execução de projetos especiais Fundecoop, em relação ao orçamento total realizado pela unidade

**Fórmula:** (Valores recebidos e executados pela Unidade para a execução de projetos especiais / Orçamento realizado pela unidade) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor recebido e executado pela Unidade para a execução de projetos especiais (R\$)	267.922,17	120.880,08	-
Valor total do Orçamento Realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	-
<b>Participação dos recursos relativos aos projetos especiais Fundecoop no orçamento total da unidade (%)</b>	<b>15,10</b>	<b>7,08</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Módulo Orçamento Integrado – Relatórios Relsim 01 - Sistema Zeus

**Comentários:** O SESCOOP/TO, comparando a participação do valor recebido e executado de projetos do Fundecoop (Projetos especiais), com o valor total do orçamento realizado, verifica-se que em 2014, essa participação representou 15,10%, em 2014 a participação foi de 7,08% e em 2016 não houve ações desenvolvidas através de projetos especiais.

**Nome:** Índice de Execução dos Projetos Especiais Fundecoop

**Descritivo:** Valor total executado nos projetos especiais, em relação ao valor previsto no exercício

**Fórmula:** Valor total executado nos projetos especiais / valor total previsto para aplicação nos projetos especiais) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Valor total executado de Projetos Especiais vigentes (R\$)	267.922,17	120.880,08	-
Valor total previsto de Projetos Especiais vigentes (R\$)	341.105,00	126.811,00	-
<b>Índice de execução de Projetos especiais vigentes (%)</b>	<b>78,55</b>	<b>95,32</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Módulo Financeiro e Orçamentário – Sistema Zeus

**Comentário:** O índice de execução de projetos especiais do SESCOOP/TO em 2014 foi de 75,55%, em 2015 foi realizado 95,32% do previsto e em 2016 não houve ações desenvolvidas através de projetos especiais.

**Nome: Participação do Saldo de Exercícios Anteriores no Orçamento**

**Descritivo:** Valor total acumulado de Saldos de Exercícios Anteriores, em relação ao valor do orçamento realizado no exercício

**Fórmula:** (Valor do Saldo de Exercícios Anteriores / Valor Total do Orçamento Realizado) X 100

Elemento	2014	2015	2016
Saldo de Exercícios Anteriores (R\$)	0,00	0,00	0,00
Valor do Orçamento Realizado (R\$)	1.774.538,91	1.706.474,10	2.844.502,24
<b>Participação do Saldo de Exercícios Anteriores no Orçamento da Unidade (%)</b>	<b>0,00</b>	0,00	0,00

**Fonte:** Módulo Financeiro e Orçamentário – Sistema Zeus

**Comentário:** O SESCOOP/TO, conforme quadro acima não utilizou saldo de exercícios anteriores na execução do seu Plano de Trabalho.

## **CAPÍTULO 4: GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### **4.1 Descrição das Estruturas de Governança**

De acordo com o Regimento Interno, são órgãos de deliberação, fiscalização, execução e administração do SESCOOP/TO:

- Conselho Administrativo: órgão máximo no âmbito da Administração Estadual, terá mandato de 04 (quatro) anos coincidentes com o mandato do Conselho da OCB/TO, sendo composto por 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes;
- Conselho Fiscal: composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pelo Conselho Administrativo do SESCOOP/TO, para um mandato de 04 (quatro) anos, coincidentes com o mandato daquele colegiado, vedada a recondução para um mandato subsequente;
- Diretoria Executiva: órgão gestor e de Administração Estadual do SESCOOP/TO, consoante às diretrizes estabelecidas pelos Conselhos Nacional e Estadual. Será composta pelo Presidente do Conselho Administrativo Estadual, como seu Presidente, e pelo Superintendente;
- Presidência; e
- Superintendência

### **4.2. Informações sobre Dirigentes e Colegiados**

O quadro abaixo apresenta a composição, período de gestão, função, e entidade que representa.

#### **Quadro 08 - Relação dos dirigentes e membros do Conselho de Administração e Fiscal**

<b>Conselho Administrativo</b>				
<b>Nome</b>	<b>Período de Gestão</b>		<b>Função</b>	<b>Segmento, órgão ou entidade que representa</b>
Ricardo Benedito Khouri	01/01/2016	31/12/2016	Presidente	Coapa
Ruiter Luiz Andrade Pádua	01/01/2016	31/12/2016	C. Ad. Ef.	SESCOOP Nacional
Dário Oliveira de Melo	29/04/2016	31/12/2016	C. Ad. Ef.	Sicredi União Cerrado
Lidiane Coelho Alves	01/01/2016	31/12/2016	C. Ad. Ef.	Sicoob Credipar
Orsini Guterres Passos	01/01/2016	31/12/2016	C. Ad. Sup	Unimed Palmas
Liliana Cristofari da Silva	01/01/2016	31/12/2016	C. Ad. Sup	Coed
Airton Cardoso Cansado	01/01/2016	31/12/2016	C.Ad.Sup	Sicredi União Cerrado
Emanuel Malta Falcão Caloete	01/01/2016	31/12/2016	C.Ad.Sup	SESCOOP Nacional
Ranna Joyce Padre	01/01/2016	31/12/2016	C.Ad.Sup	Unimed Palmas
<b>Conselho Fiscal</b>				
<b>Nome</b>	<b>Período de Gestão</b>		<b>Função</b>	<b>Segmento, órgão ou entidade que representa</b>
Maria Silvana Ramos	01/01/2016	31/12/2016	C. Fisc Ef	Sicredi União Cerrado
Paulo Henrique da Silva	01/01/2016	31/12/2016	C. Fisc Ef	Sicoob Credipar
Admivair Silva Borges	01/01/2016	31/12/2016	C. Fisc Ef	Sicredi União Cerrado
Marcio Guilherme de Carvalho	01/01/2016	31/12/2016	C. Fisc Sup	Sicredi União Cerrado
Silvan Celestino dos Santos	01/01/2016	31/12/2016	C. Fisc Sup	Sicoob Credipar
Antônio Coelho do Carmo Neto	01/01/2016	31/12/2016	C. Fisc Sup	Sicoob Credipar
<b>Diretoria Executiva</b>				
<b>Nome</b>	<b>Período de Gestão</b>		<b>Função</b>	
Ricardo Bendito Khouri	01/01/2016	31/12/2016	Presidente	
Maria Jose Andrade Leão de Oliveira	01/01/2016	31/12/2016	Superintendente	
<b>Fonte:</b> Livro de Atas SESCOOP/TO, 2016.				

#### **4.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna**

O SESCOOP/TO não possui unidade de auditoria interna em sua estrutura organizacional, entretanto, a unidade de auditoria interna do SESCOOP Nacional realiza trabalhos nas Unidades Estaduais, conforme previsto em seu Regimento Interno.

Os trabalhos de auditoria interna são planejados com auxílio de uma matriz de riscos, que permite identificar as unidades estaduais que receberão os trabalhos de auditoria em cada exercício.

#### **4.4. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo não possui estrutura formal para atividades de Correição, no entanto, apura ilícitos administrativos cometidos por colaboradores da entidade, com base no seu Regimento Interno e Norma de Sindicância da Entidade.

No exercício 2016, no âmbito do SESCOOP/TO, não ocorreram fatos a serem apurados por meio de sindicância ou outra modalidade de processo administrativo.

#### **4.5 . Gestão de Riscos e Controles Internos**

Devido ao quadro de pessoal limitado, o SESCOOP/TO não possui uma estrutura de auditoria interna, sendo que a área de auditoria interna está estruturada no SESCOOP Nacional que realiza trabalhos nas Unidades Estaduais, conforme previsto em seu Regimento Interno.

O resultado dos trabalhos de auditoria interna é monitorado com auxílio de uma matriz de riscos, baseada nas melhores práticas geralmente aceitas, que permite visualizar a evolução dos controles internos dos processos operacionais e são atualizados ao final de cada trabalho.

A área de auditoria interna do SESCOOP Nacional também possui controle sobre o andamento das implementações dos planos de ação referentes às recomendações dos trabalhos realizados, que são avaliados em testes específicos a cada auditoria executada, após os quais, os registros são atualizados em base de dados.

Após cada trabalho realizado, a Auditoria Interna do SESCOOP Nacional emite um relatório contendo recomendações/sugestões de melhoria, que é enviado para a diretoria da Unidade Estadual auditada, bem como para os Conselhos de Administração e Fiscal da Entidade Nacional.

No corpo do relatório é solicitado que seu teor seja formalmente comunicado aos Conselhos Fiscal e de Administração da Unidade Estadual auditada, bem como seu registro em ata e o envio de planos de ação relativos às recomendações sugeridas.

Este ano de 2016 o SESCOOP-TO passou por auditoria operacional que foi realizada pela auditoria interna do SESCOOP Nacional, cujo relatório será apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal, e todas as sugestões para a melhoria dos controles internos foram implantadas. As contas do exercício de 2016 foram auditadas por auditoria externa contratada também pela Unidade Nacional. Ressalta-se que até o momento o SESCOOP/TO não recebeu recomendações dos órgãos de Controles – TCU e CGU.

#### **4.6.Política de Remuneração aos Administradores, Membros da Diretoria e de Conselhos**

##### **4.6.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal**

Os integrantes dos Conselhos Administrativo, Fiscal e o Presidente do SESCOOP/TO, de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 3.017, de 06.04.1999, não recebem remuneração, mas cédula de presença e, quando for o caso, ajuda de custo pela sua participação nas reuniões, cujos valores estão demonstrados no próximo item.

##### **4.6.2. Demonstrativo de Remuneração Mensal de Membros do Conselho**

##### **Quadro 07 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal**

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Media mensal	Total no exercício
Ricardo Benedito Khouri	-	-	242,94	2.915,36
Ruiter Luiz Andrade Pádua (T)	-	-	242,94	2.915,36
Dário Oliveira de Melo (T)	29/04/2016	31/12/2016	198,61	2.383,36
Lidiane Coelho Alves(T)	-	-	193,29	2.319,52
Airton Cardoso Cançado(T)	-	-	93,98	1.127,84
Liliana Cristofari da Silva(S)	-	-	93,98	1.127,84
Orsini Guterres Passos(S)	-	-	148,96	1.787,52
Emanuel Malta Falcão Caloete (S)	-	-	-	-
Ranna Joyce Padre(S)	-	-	49,65	595,84
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
Maria Silvana Ramos	-	-	336,93	4.043,20
Paulo Henrique da Silva	-	-	242,94	2.915,36
Admivair Silva Borges	-	-	336,93	4.043,20
Marcio Guilherme de Carvalho	-	-	-	-
Antônio Coelho do Carmo Neto	-	-	-	-
Silvan Celestino dos Santos	-	-	93,98	1.127,84

Fonte: Livro de atas SESCOOP/TO/Relatório de Pagamentos Sistema Financeiro/Zeus

#### 4.6.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração dos Administradores e Membros de Diretoria

Com relação ao Superintendente, o Quadro a seguir apresenta os valores totais pagos nos últimos dois exercícios.

#### QUADRO 08 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DO SUPERINTENDENTE

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
Número de membros:	01	01
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d) (R\$)</b>	<b>181.410,30</b>	<b>172.383,62</b>
<i>a) salário ou pró-labore</i>	173.064,04	162.860,84
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	8.346,26	9.522,78
<b>Total da Remuneração</b>	<b>181.410,30</b>	<b>172.383,62</b>

#### **4.7. Informações sobre a Empresa de Auditoria Independente Contratada**

O SESCOOP Nacional disponibiliza anualmente para todas as unidades estaduais os serviços de Auditoria Independente que é prestado pela empresa Grant Thornton Brasil (CNPJ nº 10.830.108/0001-65), considerada uma das maiores empresas de auditoria independente do mundo.

Os trabalhos são realizados de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e Normas Profissionais de Auditor Independente e demais normas e procedimentos pertinentes e em vigor.

A contratação dos serviços foi executada mediante processo licitatório na modalidade Concorrência.

Os serviços contratados são:

- Formação de Opinião e emissão de Relatório de Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, referente aos exercícios sociais, para cada uma das 27 Unidades Estaduais e Unidade Nacional;
- Emissão de Relatórios sobre os Controles Internos, referente aos exercícios sociais, para cada uma das 27 Unidades Estaduais e Unidade Nacional;
- Análise de informações dos relatórios de gestão e prestação de contas das Unidades Estaduais;
- Participação em reuniões dos Conselhos Fiscais e Nacional, sempre que convocado;
- Trabalho eventual, ou seja, sob demanda, de auditoria de sistemas informatizados (TI).

## CAPÍTULO 5: ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 5.1. Gestão de Pessoas

O regime jurídico dos empregados do SESCOOP é o da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar. O SESCOOP/TO observa as normas gerais de tutela do trabalho, previstas na CLT e outras normas específicas constantes da Norma de Pessoal, expedida pelo Conselho Nacional do SESCOOP, acerca dos procedimentos para admissão de todos os seus empregados, zelando pelos aspectos éticos das contratações, do contrato de trabalho e de suas obrigações.

A estrutura de pessoal da entidade encontra-se detalhada nos quadros e tabelas dispostos nos itens 5.1.1 e 5.1.2, onde é possível identificar a evolução da força de trabalho sobre vários aspectos.

#### 5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

Conforme demonstrado no quadro a seguir, o número de empregados do SESCOOP/TO, em dezembro de 2016, retratou o quantitativo de 10 pessoas. Contou, ainda, com 01 pessoa jurídica prestadora de serviços contínuos na área jurídica.

#### QUADRO 09 – FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funcionários em Cargos Efetivos	10	10	4	3
2. Total de Funcionários	10	10	4	3

Fonte: Departamento de Pessoal

#### QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários em Cargos Efetivos	6	4
2. Total de Servidores	6	4

Fonte: Departamento de Pessoal

#### TABELA 14 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/TO, POR FAIXA ETÁRIA

Descrição	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	2	2	-	-	-
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	1	4	-	1	-
<b>Total Quadro Fixo</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>

<b>Total da Unidade</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
-------------------------	----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Departamento de Pessoal

**TABELA 15 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/TO, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

Descrição	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	-	-	-	-	1	-	5	-	-	-
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-
<b>Total Quadro Fixo</b>	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
<b>Total da Unidade</b>	-	-	-	-	2	2	6	-	-	-

Fonte: Departamento de Pessoal

**Legenda:** 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós-Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR CARGO**

<b>Indicador</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Número de colaboradores no cargo de técnico	3	30
Número de colaboradores no cargo de analista	5	50
Número de colaboradores no cargo de gerente/assessor	1	10
Número de colaboradores no cargo de superintendente	1	10
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Departamento de Pessoal

**TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES, POR FAIXA SALARIAL**

<b>Indicador</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Número de colaboradores com salário até R\$ 2.000,00	2	20
Número de colaboradores com salário de 2.001,00 a 3.000,00	5	50
Número de colaboradores com salário de 3.001,00 a 5000,00	1	10
Número de colaboradores com salário de 5.001,00 a 6.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 6.001,00 a 7.000,00	1	10
Número de colaboradores com salário de 7.001,00 a 8.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 8.001,00 a 9.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário de 9.001,00 a 10.000,00	-	-
Número de colaboradores com salário acima de R\$ 10.000,00	1	10
Total	10	100,00

Fonte: Departamento de Pessoal

**TABELA 18 – MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL**

<b>Indicador de Turnover</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Número de Admissões	4	40%
Número de Demissões	3	30%
Total de Empregados	10	100%
Movimentação média anual de pessoal ( <i>turnover</i> ) ( <i>número de admissões + número de demissões / 2</i> )/ <i>nº empregados final do período</i> )*100	35%	

Fonte: Departamento de Pessoal

**TABELA 19 – QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

<b>Indicador</b>	<b>Nº</b>
Número de ações de capacitação	31
Número de horas de capacitação	610
Número de empregados capacitados no exercício	11
Média de ações de capacitação por empregado	2,82
Média de horas de capacitação por empregado	55,45

Fonte: Departamento de Pessoal

Um ambiente de trabalho saudável, atrativo e motivador impulsiona a produtividade organizacional e aumenta o nível de satisfação de seus colaboradores. Por isso, o SESCOOP/TO investe constantemente na valorização e na melhoria da qualidade de vida do seu quadro de pessoal, sendo umas das suas prioridades a capacitação e o desenvolvimento de sua equipe.

Com cerca de dezessete anos de atuação, o SESCOOP/TO, se vê diante de desafios comuns a organizações que se relacionam com um cenário dinâmico, exigindo contínuo aprimoramento dos processos de trabalho. Por isso, a entidade vem crescendo e se desenvolvendo no sentido de melhor atender aos seus objetivos organizacionais.

No que se refere ao quadro de recursos humanos, verifica-se que o quantitativo se encontra próximo do adequado, e que em 2016 ingressaram em exercício no SESCOOP/TO 04 colaboradores sendo 1 de cargo de técnico, 2 de analistas e 1 gerente de desenvolvimento de cooperativas. Ocorreram 3 demissões por dispensa. Destaca-se a alta rotatividade apresentada, especialmente pelos empregados de nível superior. Isso dificulta o andamento dos trabalhos, podendo afetar a continuidade dos serviços prestados pelo SESCOOP/TO.

Atualmente o SESCOOP/TO conta com um quadro de colaboradores com grande potencial e comprometimento, onde 80% dos colaboradores concluíram o ensino superior e 20% está cursando ensino superior, 100% dos colaboradores participaram de pelo menos uma capacitação durante o ano de 2016.

Para 2017 espera-se diminuir o índice de rotatividade e investir em capacitação específica para que o colaborador se desenvolva ainda mais, de forma a contribuir tanto para o crescimento da entidade quanto para o crescimento profissional e pessoal.

### 5.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

#### QUADRO 11 – DESPESAS DE PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Funcionários com Cargos Efetivos</b>											
Exercício	2016	555.263,01	0	0	9.181,27		112.853,49	7.603,98	0	0	684.901,75
	2015	464.998,22	0	0	7.603,98	0	93.353,57	3.429,09	0	0	569.384,86

Fonte: Balancete Sistema Zeus

#### TABELA 20 – DESPESAS E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DO SESCOOP/TO

Descrição	2015				2016			
	Quant.	Despesa	Valor Prev.	Valor Real.	Quant.	Despesa	Valor Prev.	Valor Real.
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	4	Salários	200.296,00	156.981,63	4	Salários	261.765,00	206.656,04
		Encargos	65.981,00	54.410,51		Encargos	88.520,00	71.203,49
		Benefícios	43.323,00	40.873,49		Benefícios	68.720,00	46.417,14
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	5	Salários	331.077,00	319.049,66	6	Salários	453.199,00	365.392,22
		Encargos	110.642,00	108.267,85		Encargos	148.269,00	122.099,82
		Benefícios	49.617,00	52.480,08		Benefícios	93.264,00	66.436,35
<b>Total Quadro Fixo</b>	9		800.936,00	732.063,22	10		694.732,00	553.928,39
<b>Total da Unidade</b>	9		800.936,00	732.063,22	10		1.113.737,00	878.205,06

Fonte: Relsim\_001 Orçamento Integrado / Departamento de Pessoal

**TABELA 21 – INVESTIMENTOS EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL, EXECUTADOS PELO SESCOOP/TO**

Descrição	Treinamentos	
	Quantidade	Valor (R\$ 1,00)
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas Finalísticas	4	10.791,49
Funcionários contratados - CLT em exercício na Unidade, lotados nas Áreas de Administração e Apoio	6	24.747,16
<b>Total Quadro Fixo</b>	<b>10</b>	<b>35.538,65</b>
<b>Total da Unidade</b>	<b>10</b>	<b>35.538,65</b>

Fonte: Departamento Pessoal e Contabilidade

A quantidade de colaboradores durante o ano de 2016 manteve-se estável. Não houve licenças e nem afastamentos neste período. Com isso as despesas com pessoal ficaram bem próximo da dotação orçamentária.

### 5.1.3. Gestão de Riscos Relacionados a Pessoal

Como já informado no item 5.1.1 acima, um risco identificado na gestão de pessoas é o aumento de egressos devido à rotatividade. Em 2016 houve o egresso de 3 colaboradores, para um quadro de 10 colaboradores houve uma rotatividade de 35% do quadro de pessoal.

Para evitar e mitigar possíveis riscos relacionados a este fator, o SESCOOP/TO mantém políticas de reconhecimento, desenvolvimento profissional e valorização de colaboradores. A contínua manutenção de Cadastro de Reserva, com candidatos aprovados em processos seletivos da entidade, é uma destas políticas, antevendo a abertura de novas vagas, aposentadorias, afastamentos, enfim, situações diversas que demandem a contratação de novos colaboradores. Neste mesmo aspecto, destacamos também a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com a aplicação de Avaliação de Competências e Desenvolvimento, que balizam as diretrizes de desenvolvimento profissional.

As obrigações sociais e trabalhistas são atendidas em sua plenitude evitando passivos trabalhistas. Além do atendimento aos normativos voltados à área de Recursos Humanos, há rotineiro acompanhamento do cumprimento da jornada de trabalho, pagamentos de encargos sociais e trabalhistas, benefícios, remunerações devidas e outros. Por fim a Medicina do Trabalho, com a realização de exames admissional, periódico e demissional, fornece informações pertinentes para garantir a segurança dos colaboradores, através da prevenção de doenças ou problemas provenientes da atividade exercida.

## 5.2. Gestão de Patrimônio e da Infraestrutura

### 5.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário

O controle dos bens patrimoniais é realizado em conformidade com a Portaria 07/2008, editada pelo SESCOOP/TO, a qual tem por objetivo definir critérios e procedimentos para a administração dos bens patrimoniais.

A comissão responsável pelo Patrimônio é nomeada através de portaria que realiza a verificação física dos bens. Atestando seu estado de uso e conservação, bem como sugerindo reparos, baixas ou aquisições. Elabora o inventário anual dos bens e fornece laudos que subsidia o relatório interno do SESCOOP/TO para revisão do tempo de vida útil, valor residual e teste de indícios *impairment* sobre os grupos de imobilizado e intangível.

Referente à imóvel sede do SESCOOP/TO, o mesmo é locado, mediante contrato de locação, tendo sido avaliado por membros da Comissão de Valores Imobiliários do Tocantins.

### **5.2.2. Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros**

O imóvel atualmente ocupado pelo SESCOOP/TO é localizado na área central de Palmas, com fácil acessibilidade, possui ambiente adequado às suas atividades laborais e às demandas do seu público alvo, com completa infraestrutura de rede lógica, telefonia e instalações elétrica.

O valor mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e representa 70% (setenta por cento) da avaliação realizada pela Comissão de Valores imobiliários do Tocantins para locação do imóvel e 70% (setenta por cento) de utilização para funcionamento da sede administrativa do SESCOOP/TO.

### **5.3. Gestão da Tecnologia da Informação**

O SESCOOP/TO desenvolveu os seguintes pontos:

a) Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), colhe, das estratégias institucionais, as necessidades de informação e serviços de TI, propondo metas, ações e prazos, que com o auxílio dos recursos humanos, materiais e financeiros, possam satisfazer as demandas da Instituição. O alinhamento com a estratégia do SESCOOP/TO teve como premissa o mapa estratégico SESCOOP 2015-2020 que tem o objetivo estratégico de aprimorar a gestão e padronizar processos, garantir que sejam desenvolvidas continuamente as competências dos colaboradores, que seja aprimorado e intensificado o relacionamento com as cooperativas, onde a TI é o ponto específico para esse aprimoramento, bem como garantir a premissa de comunicação frequente e ágil com seus públicos e de aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos.

b) Segundo a portaria 03/2016, O Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, Institui o COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO do SESCOOP/TO, que passa a ser composto dos seguintes membros efetivos: Milena Pereira Araújo – Coordenadora, Carlos Henrique do Amaral Melo e Francisco da Chaga Saraiva Fernandes de Sousa; Membros suplentes: Rogério Dias Lopes Silva e Selma dos Reis Silva. Onde foram definidas as seguintes responsabilidades ao comitê:

O Comitê estabelecerá, sob acompanhamento da Diretoria Executiva, os fundamentos da Política de Governança e Gestão da Tecnologia e Informação do SESCOOP/TO – 2016/2017 mediante a elaboração do Plano Operacional (Programas e Plano de Ações) da TI, compreendendo as seguintes diretrizes:

- I – O atendimento às solicitações de Informações do TCU;
- II - O alinhamento das ações com o planejamento estratégico da Unidade Nacional;
- III – O atendimento aos normativos e boas práticas vigentes;

- IV – A elaboração do PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- V – A elaboração do POSIG – Política de Segurança da Informação e Comunicação;
- VI – A elaboração do Plano de Segurança da Informação e Comunicação, incluindo redundância, disponibilidade e backups;
- VII – O estudo de melhorias do Sistema de Comunicação Eletrônica;
- VIII – O estudo da integração dos Sistemas Operacionais visando a otimização e agilização dos processos de gestão voltados para o planejamento, execução, avaliação e melhorias.

No dia 02 de setembro de 2016, aconteceu a primeira reunião do Comitê de Tecnologia da Informação, onde foram discutidos a elaboração da Política de Segurança da Informação do SESCOOP/TO, apresentando uma proposta a ser implantada na PSI, foram discutidos os objetivos da PSI e toda a amplitude da mesma, conforme descrito na Ata da 1ª Reunião Ordinária do CTI.

c) O principal sistema de informação da unidade é Sistema de Gestão Zeus, que é cedido licenças por parte da unidade nacional e o mesmo fica armazenado em Data Center da unidade nacional; para controle de registro de ponto o SESCOOP/TO utiliza o sistema Seculum, onde possui uma licença para uso do mesmo e possui servidor local para armazenamento destas informações; para gestão de processos foi adquirido 5 licenças do sistema Supravizio, onde já foram mapeamos seguindo o modelo BPM os seguintes processos: compras: Aquisição de materiais ou serviços e Contratação de produtos ou serviços; contratos: Gestão de contratos; financeiro: pagamento; jurídico: Análise Jurídica; Patrimônio: Cadastro de Patrimônio; Recursos humanos: aviso e pagamento de férias, folha de pagamento, planejamento de férias, e rescisão contratual; Secretaria: Envio de Correspondência; Viagens.

d) Para que o sistema de gestão de processos fosse executado com eficácia, foram capacitados 2 colaboradores no curso modelagem e automatização de processos supravizio BPM modulo 1, e também intercambio com a unidade do SESCOOP/MT.

e) A área de TI é composta de um analista da área de TI que tem a missão de desenvolver atividades técnicas e prestar orientações, em sua área de conhecimento, aos diversos níveis organizacionais da unidade estadual, proporcionando subsídios para a formulação de planos e a tomada de decisões orientadas para o cumprimento da missão da entidade.

f) Foram definidos o PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) e PSI (Política de Segurança da Informação) para iniciar a implantação no SESCOOP/TO, entre as práticas levantadas, já estão em atividade o levantamento dos problemas e necessidades, o plano de capacitação, o mapeamento dos ativos de TI, controle de equipamentos e controle de acesso ao domínio da rede interna.

g) Foram identificados problemas na velocidade e segurança da internet, para resolver tal problema foram adquiridos um link de internet adsl de 15mb, onde a mesma isola acesso do público externo a rede interna, aumentando assim a segurança da rede e disponibilidade de mais banda para a rede interna.

Foi aderido na unidade nacional espaço para backup com uso na Coopnet para armazenar cópias dos documentos do SESCOOP/TO.

Foi iniciado a execução da PSI do SESCOOP/TO, onde já está sendo executado a norma para uso de senha em que o servidor AD foi configurado para solicitar a troca de senha, aumentando a segurança da informação.

Foram elaborados e contratados os sistemas de gestão documental para que se possa identificar, organizar e, principalmente, disponibilizar os documentos e as informações neles disponíveis aos públicos interno e externo da Unidade Estadual do SESCOOP/TO provendo as suas

adequadas gestão, controle, preservação e/ou expurgo e gestão de processos em serão executados em 2017 e o Sistema de Gestão de Processos para que se possa Mapear e modelar os processos e rotinas administrativas da unidades, com a finalidade de automatizá-los por meio de aquisição de software de gestão de processos, com vistas a potencializar o cumprimento da missão institucional do SESCOOP/TO.

### 5.3.1. Principais Sistemas de Informação

O principal sistema de informação da unidade é Sistema de Gestão Zeus em que são processados os controles de compras de material e serviço, a administração financeira, o controle patrimonial, a contabilização e contabilidade e o controle do orçamento;

Para controle de registro de ponto o SESCOOP/TO utiliza o sistema Seculum;

Utiliza-se o Supravizio para gestão de processos;

### 5.3.2 . Informações sobre Planejamento Estratégico de TI (PETI) e /ou Plano Diretor de TI (PDTI)

O Comitê de Tecnologia e Informação elaborou o PDTI do SESCOOP/TO válido para o período de Julho de 2016 até Julho de 2018 e permitirá a identificação das necessidades de TI da instituição, alinhadas aos seus objetivos estratégicos, com maior aproveitamento dos recursos disponíveis e focando esforços em ações nas quais os benefícios são maiores ou onde há maior necessidade e com a finalidade de planejar, coordenar, promover, orientar e avaliar as atividades relativas às estratégias de ação de Tecnologia da Informação.

O direcionamento estratégico deste Plano está pautado nos seguintes objetivos:

- Fortalecer a credibilidade da área de TI como guardião da gestão dos recursos computacionais do SESCOOP/TO;
- Assegurar a efetividade às ações de TI para as áreas meio e fim do SESCOOP/TO;
- Garantir a qualidade e celeridade às decisões no âmbito do SESCOOP/TO e dos seus clientes;
- Contribuir para a melhoria da eficiência do SESCOOP/TO;
- Aprimorar a gestão TI do SESCOOP/TO visando a excelência;
- Contribuir para o desempenho profissional e gerencial;
- Promover a valorização e o comprometimento dos colaboradores.

O alinhamento com a estratégia do SESCOOP/TO teve como premissa o mapa estratégico SESCOOP 2015-2020 que tem o objetivo estratégico de aprimorar a gestão e padronizar processos, garantir que sejam desenvolvidas continuamente as competências dos colaboradores, que seja aprimorado e intensificado o relacionamento com as cooperativas, onde a TI tem é o ponto específico para esse aprimoramento, bem como garantir a premissa de comunicação frequente e ágil com seus públicos e de aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos.

A elaboração aconteceu em três etapas: Elaboração, Diagnóstico e Planejamento. Os princípios que nortearam a elaboração deste PDTI foram os seguintes:

**Princípio 1** – Garantir o alinhamento das ações de manutenção e/ou expansão de TI, voltadas para o Planejamento Estratégico/Institucional do SESCOOP/TO.

**Princípio 2** - Garantir a integração entre as várias áreas usuárias de TI do SESCOOP/TO.

**Princípio 3** – Alinhar a área de TI com a legislação vigente, políticas, diretrizes da Instituição e boas práticas para TI.

**Princípio 4** – Tornar a TI um recurso estratégico para o SESCOOP/TO, planejando, organizando, controlando e avaliando sua utilização.

**Princípio 5** – Buscar a melhoria contínua promovendo a otimização de recursos e investimentos em TI e priorizando o atendimento das necessidades dos usuários e a adoção de soluções (quando possível) baseadas em software que venham a trazer ganhos efetivos para a Instituição.

**Princípio 6** – Buscar a integração das soluções de TI do SESCOOP/TO às existentes no âmbito do SESCOOP Nacional e das outras unidades federadas.

**Princípio 7** – Priorizar soluções de TI socialmente e ecologicamente sustentáveis.

Já as diretrizes que serão as instruções para que as necessidades sejam supridas, são as seguintes:

**Diretriz 1** – Viabilizar o atendimento das reais necessidades dos usuários dos serviços prestados pela área de TI, principalmente da área finalística do SESCOOP/TO.

**Diretriz 2** – Priorizar o aumento da produtividade e economia dos recursos de TI.

**Diretriz 3** – Ampliar os recursos humanos envolvidos com TI.

**Diretriz 4** – Qualificar e capacitar os recursos humanos envolvidos com TI.

**Diretriz 5** – Garantir a disponibilidade e integridade da informação em todo âmbito do SESCOOP.

**Diretriz 6** – Melhorar e padronizar o processo de contratação e execução dos serviços de TI quando terceirizados.

**Diretriz 7** – Implementar e/ou compatibilizar ações alinhadas estrategicamente com a política de TI adotada pelo Sistema SESCOOP Nacional.

**Diretriz 8** – Realizar ações voltadas à aquisição e descarte sustentável de bens de TI.

A Implantação das melhores práticas (COBIT/ITIL) e o aprimoramento do Nível de Acordo de Serviço (SLA), ainda estão sendo definidos para implantação em 2017.

#### **5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

O SESCOOP/TO reconhece a importância de adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental, embora não tenha projeto específico com o objetivo de mensurar o uso racional dos recursos renováveis, adota medidas para utilização consciente de água, energia, reutilização de papel e posterior destinação para associação e/ou cooperativas de reciclagem.

##### **5.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras**

O SESCOOP/TO procura adquirir nas contratações, produtos certificados, tais como papel A4 e lápis com o selo FSC; veículo flex, dentre outros.

## **CAPÍTULO 6: RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **6.1. Canais de Acesso ao Cidadão**

O SESCOOP/TO, utiliza espaço no site <http://www.tocantinscooperativo.coop.br> – “Transparência SESCOOP/TO”, onde consta as peças contábeis, relatórios de gestão, extratos dos processos licitatórios e de dispensa, estrutura de pessoal e remuneração, bem como divulgação das ações gratuitas constantes no Plano de Trabalho.

### **6.2. Carta de Serviços ao Cidadão**

Não há conteúdo a declarar.

### **6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos Usuários**

Não há conteúdo a declarar.

### **6.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade**

O SESCOOP/TO da publicidade da execução do plano de ação através do site <http://www.tocantinscooperativo.coop.br>, e mídias sociais (facebook, twiter, whatsapp).

## **CAPÍTULO 7: DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **7.1. Desempenho financeiro no exercício**

O SESCOOP/TO conta com uma estrutura de controle que permite verificar a consonância das contratações junto ao seu plano de trabalho, bem como a vinculação das despesas realizadas frente aos objetivos estratégicos.

É realizado a verificação da dotação orçamentária e disponibilidade financeira antes do andamento dos processos de contratações, promovendo a transposição de recursos quando autorizados pela superintendência em conformidade com a portaria 12/2009.

O SESCOOP/TO tem honrado com pontualidade suas obrigações contratuais, prova disso é que não há qualquer ação passiva em desfavor da entidade. Os recursos disponíveis são mantidos em conta de aplicação, cujo objetivo é garantir que seus recursos financeiros sejam atualizados no mínimo pelo índice de inflação.

### **7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos**

Os dispositivos da NBC T 16.9 e NBC T 16.10 são aplicados às entidades que adotam a Lei 4.320/64, o que não é o caso do SESCOOP, que adota a Lei 6.404/64, entretanto, as respectivas normas correlatas NBC TG 27 – Ativo imobilizado e NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos são adotadas pelo SESCOOP.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A vida útil estimada e o método de depreciação do ativo imobilizado são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa constante em item específico deste Relatório de Gestão, onde também se encontram divulgadas as taxas de depreciação adotadas, a metodologia e as principais práticas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis e notas explicativas constam no capítulo 10 – Outros Itens de Informação, item 10.4.

### **7.3. Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.**

A unidade programa suas ações e contabiliza os gastos por centro de custos utilizando o sistema Zeus em que os lançamentos contábeis integram com o orçamento, onde é possível emitir diversos relatórios, sendo que o mais utilizado é o Relsim 1.

### **7.4. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas**

A Lei 4.320/64 se aplica à administração pública. As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e

médias empresas e entidades sem finalidade de lucro, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Ressalta-se que a contabilidade do SESCOOP/TO, assim como a folha de pagamento, é processada pela Unidade Nacional, através do CSC – Centro de Serviços Compartilhados.

As demonstrações Contábeis da entidade, previstas na Lei 6.404/76, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa e respectiva Notas Explicativas estão apresentadas no Anexo I na página 73.

## **CAPÍTULO 8: CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

### **8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU**

Até o final do exercício de 2016 o SESCOOP/TO, não possui determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União pendentes de atendimento.

### **8.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno**

Até o final do exercício de 2016 o SESCOOP/TO, não possui recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento.

### **8.3. Medidas Administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário**

Não houve nenhum caso de dano ao erário no exercício de 2016.

### **8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações como Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993**

Quanto às contratações o SESCOOP/TO cumpre rigorosamente o regulamento de licitações do SESCOOP, aprovado pela resolução 850/2012. Tal resolução não trata do cronograma de Pagamentos. No entanto, para efetuarmos o pagamento verifica-se o cumprimento das obrigações contratuais. Não há pendência de pagamentos por insuficiência de recurso. Desta forma não houve necessidade de estabelecer um cronograma de pagamentos, pois o pagamento só não é realizado enquanto houver qualquer pendência contratual.

## CAPÍTULO 9: ANEXOS E APÊNDICES

### APENDICE I: TABELA DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRA DO PROGRAMA 5200 – PROFISSIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Ação	Objetivo Estratégico	Projetos /Atividades	Metas Físicas				Metas Financeiras (R\$ 1,00)		
			Unid. Medida	Prevista	Realizada	% Realização	Prevista	Realizada	% Realização
5201	2-Promover a profissionalização da gestão cooperativista	Oficinas de Plan. Estratégico – Ferramentas de Gestão	Nº participantes em eventos relacionados ao tema	60	11	18,33%	21440,00	9347,82	43,60%
		Intercambio Cooperativa Modelo		8	11	137,50%	24480,00	19978,86	81,61%
		Seminários por ramo (Crédito e Saúde)		30	16	53,33%	21350,00	1312,50	6,15%
		Part. em Eventos Estratégicos - Gestão, Gover. e Lid.		38	32	84,21%	122250,00	98161,74	80,30%
5202	3-Ampliar o acesso das cooperativas às soluções de formação e qualificação profissional	Programa Cooperativo Aprendiz	Nº participantes em eventos relacionados ao tema	9	9	100,00%	18750,00	7965,00	42,48%
		Manutenção do Funcionamento - CAPCOOP		-	-	-	474250,00	404044,28	85,20%
		Fórum Contábil e Tributário Coop do Toca		20	48	240,00%	8900,00	8796,80	98,84%
		Intercambio Gerentes Sicoob		12	7	58,33%	19400,00	10146,33	52,30%
		Curso Controle Internos		25	37	148,00%	4200,00	4169,29	99,27%
		Curso Fraude, Grafoscopia, Caixa e Compensação		20	58	290,00%	15167,00	14345,34	94,58%
		Curso Prevenção e lavagem de dinheiro		60	17	28,33%	17650,00	5872,18	33,27%
		Curso Etiqueta Profissional		90	83	92,22%	10470,00	8594,50	82,09%
		Treinamentos - Prod Coop. Credito - SICOOB		70	23	32,86%	18250,00	7280,60	39,89%

	Curso Contratos e Garantias Bancárias	30	40	133,33%	4136,00	4136,00	100,00%
	Curso Redação Oficial (língua Portuguesa)	55	71	129,09%	5425,00	3581,00	66,01%
	Curso Técnicas de Negociação e Argumentação	30	42	140,00%	5896,00	5895,15	99,99%
	Curso Manutenção e Montagem de Rolamentos	30	10	33,33%	4500,00	4036,00	89,69%
	Curso Controle de Estoque e Logística	20	19	95,00%	8050,00	8017,25	99,59%
	Curso Liderança e motivação	45	21	46,67%	10490,00	10367,56	98,83%
	Contabilidade Básica	46	36	78,26%	5970,00	5076,75	85,04%
	Minicurso - Liderança e Motivação	80	67	83,75%	5240,00	5541,34	105,75%
	Curso Desenvolvimento de Liderança	30	71	236,67%	7435,00	6363,36	85,59%
	Curso Planejamento Controle e qualidade na Produção	30	17	56,67%	4630,00	4554,49	98,37%
	Curso Gestão financeira e contabilidade	45	20	44,44%	5175,00	908,10	17,55%
	Curso Gestão de Conflitos	60	0	0,00%	5250,00	0	0,00%
	Curso Excelência no Atendimento	114	192	168,42%	10900,00	8845,14	81,15%
	Seminário de Planejamento Estratégico Sicredi	60	63	105,00%	16600,00	11906,30	71,72%
	Treinamento em Produtos e Serviços Sicredi	120	70	58,33%	17175,00	14296,54	83,24%
	Curso Comunicação Assertiva	50	0	0,00%	10250,00	0	0,00%
	Curso e-social	20	29	145,00%	1485,00	1479,00	99,60%
	Curso Como dar e receber Feedback	20	19	95,00%	2930,00	2881,06	98,33%
	Curso Strategy - Norma ANS	17	32	188,24%	13055,00	12879,75	98,66%
	Curso Como Administrar Melhor o Tempo	15	46	306,67%	3885,00	3859,50	99,34%

	Curso Assistente Administrativo	15	0	0,00%	10050,00	0	0,00%
	Curso Auditoria Medica	35	18	51,43%	8710,00	8676,09	99,61%
	Formacoop - Cooperativas Gurupi	25	28	112,00%	34140,00	18170,00	53,22%
	Curso de Formação e Certificação em Coaching	5	0	0%	17707,00	0	0,00%
	Palestras Técnicas	150	1	0,67%	6050,00	1223,24	20,22%
	Curso Plan. Financeiro e Fluxo de Caixa	10	11	110,00%	1580,00	1559,54	98,71%
	Curso Comunicação Eficaz	30	0	0,00%	5900,00	0	0,00%
	Curso Noções Básicas de Direito	15	12	80,00%	7050,00	6953,48	98,63%
	Treinamento em Armaz. e Secagem de Grãos	15	34	226,67%	16370,00	16254,41	99,29%
	Curso Gestão Hospitalar	25	44	176,00%	22670,00	20301,18	89,55%
	Projetos Cooperativistas	50	460	920,00%	23250,00	8434,08	36,28%
	Curso Oratória	30	21	70,00%	7225,00	6840,00	94,67%
	Formação de Agentes de Desenvolvimento Humano	15	16	106,67%	84825,00	65953,57	77,75%
	Intercambio Tecnologia da Informação -TI	3	0	0,00%	5100,00	0	0,00%
	Seminário Regulação Normas ANS	30	23	76,67%	10130,00	9239,56	91,21%
	Curso Prospecção e Vendas	25	31	124,00%	3300,00	3132,66	94,93%
	Curso Gestão de Pessoas	25	45	180,00%	10175,00	5777,40	56,78%
	Curso Reuniões Produtivas Como Plan. Conduzir e Participar	15	8	53,33%	870,00	864,79	99,40%
	Curso Boas Prática na Manipulação de Alimentos	20	25	125,00%	1860,00	1850,40	99,48%
	Encontro das Secretárias Cooperativas	199	127	63,82%	14810,00	7500,00	50,64%

		Curso de Matemática Financeira		20	0	0,00%	9450,00	0	0,00%
		Encontro Médico Unimed Araguaína		20	0	0,00%	11000,00	0	0,00%
		The Coaching Clinic		8	8	100,00%	26750,00	21780,00	81,42%
		Curso de Preparação para Certificação AMBIMA		61	57	93,44%	31835,00	31724,91	99,65%
5203	4 – Promover a profissionalização da governança cooperativista	Curso de Formação de Conselhos Administrativos	Nº participantes em eventos relacionados ao tema	16	11	68,75%	20395,00	7322,82	35,90%
		Curso de Formação de Conselhos Fiscais		55	24	43,64%	15360,00	12369,20	80,53%
		X Encontro Tocantinense de Cooperativismo		50	53	106,00%	69050,00	10120,40	14,66%
		Projeto Estruturador – ProdCoop Tocantins		200	1299	649,50%	716351,00	579846,21	80,94%
5204	5 – Monitorar desempenhos e resultados com foco na sustentabilidade das cooperativas	Manutenção de Funcionamento – ACOMP	% de Cooperativas Monitoradas	-	-	-	89249,00	58901,06	66,00%
		Acompanhamento de Assembleias de Cooperativas		10	17	170,00%	5175,00	3359,25	64,91%
		Visitas Técnicas e Acomp. de Cooperativas		24	13	54,17%	8125,00	6375,52	78,47%
		Consultoria Técnica e de Gestão de Cooperativas		5	5	100,00%	93900,00	90108,80	95,96%
		Participação em Feiras de Tecnologia		1	1	100,00%	65500,00	27712,35	42,31%
		Programa de Desenvolvimento da Gestão Empreendedora		12	12	100,00%	14600,00	8434,00	57,77%
<b>Total</b>							<b>R\$ 2.393.546,00</b>	<b>R\$ 1.755.424,45</b>	<b>73,34%</b>

Fonte: Sistema Zeus – Anexo II e Plano de Trabalho de 2016

**ANEXO I: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI N° 6.404/76,  
INCLUINDO AS NOTAS EXPLICATIVAS;**

**Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no  
Estado do Tocantins**

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.687.660	1.280.396
Créditos		778	335
Estoque		12.596	3.734
Despesas pagas antecipadamente		3.746	3.536
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.704.780</b>	<b>1.288.000</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	4	203.871	181.174
Intangível	5	50.871	19.574
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>254.742</b>	<b>200.748</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.959.522</b>	<b>1.488.748</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

## Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	6	37.840	6.615
Provisões trabalhistas e outras	7	30.280	41.914
Obrigações com convênios, acordos e projetos		-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>68.120</u>	<u>48.529</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Superavit acumulado	9	<u>2.891.402</u>	<u>1.440.220</u>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>2.891.936</u>	<u>1.440.220</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><b>2.959.522</b></u>	<u><b>1.488.748</b></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

## Demonstrações do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	10	<u>3.975.960</u>	<u>1.993.706</u>
<b>(Despesas) e outras receitas operacionais</b>			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	11	(878.205)	(733.637)
Administrativas	12	(761.719)	(429.497)
Institucionais	13	(354.743)	(138.102)
Serviços de terceiros	14	(713.280)	(300.080)
Tributárias		(6.181)	(29.265)
Transferências e convênios		-	(3.523)
Despesas com Provisões		-	-
Despesas com depreciações e amortizações		(53.737)	(48.005)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		<u>1.372</u>	<u>7.358</u>
		<b>(2.766.494)</b>	<b>(1.674.750)</b>
Resultado financeiro líquido	15	241.716	132.938
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>1.451.182</u></u>	<u><u>451.894</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Dezembro de 2016

(Valores expressos em reais)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos acumulados em 31/12/2014</b>	988.325		988.325
Superávit do exercício		451.894	451.894
Transferência do superávit para o patrimônio social	451.894	(451.894)	-
<b>Saldos acumulados em 31/12/2015</b>	1.440.220		1.440.220
Superávit do exercício		1.451.182	1.451.182
Transferência do superávit para o patrimônio social	1.451.182	(1.451.182)	-
<b>Saldos acumulados em 31/12/2016</b>	<b>2.891.402</b>		<b>2.891.402</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no estado do Tocantins

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>		
Superávit do exercício	1.451.182	451.894
<b>Ajustes para reconciliar o superávit/déficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	53.737	48.005
Baixas do ativo imobilizado	20.538	190
	<u>1.525.457</u>	<u>500.089</u>
<b>Aumento / (Redução) nos ativos</b>		
Outros créditos	(443)	(335)
Estoques	(8.862)	8.765
Despesas pagas antecipadamente	(210)	(147)
	(9.515)	8.284
<b>Redução nos passivos</b>		
Contas a pagar	23.854	267
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	7.371	-
Provisões trabalhistas e outras	(11.633)	(19.389)
Outras obrigações	-	(97.391)
	19.592	(116.514)
<b>Recursos líquidos gerados pelas/ (aplicados nas) atividades operacionais</b>	<u>1.535.534</u>	<u>391.859</u>
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		
Adições ao ativo imobilizado	(89.770)	(47.651)
Adições ao ativo intangível	(38.500)	(23.179)
Venda de Veiculo	-	-
	(128.270)	(70.830)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento</b>	(128.270)	(70.830)
<b>Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>1.407.264</u>	<u>321.029</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.280.396	959.367
No final do exercício	2.687.660	1.280.396
<b>Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>1.407.264</u>	<u>321.029</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado)**

### 1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12 do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999: “A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional - o SESCOOP Nacional (SESCOOP), com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O SESCOOP/TO está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70 e 71 da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

*“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”*

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (SESCOOP/TO ou Entidade) é segundo a Lei nº 9.532/1997, Artigo 12:

*“Uma entidade imune do imposto de renda por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída. ”*

*“Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. (Vide artigos 1º e 2º da Mpv 2.189-49, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)*

*“§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.*

*§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:*

*a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; (Vide Lei nº 10.637, de 2002)*

*b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;*

*c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;*

*d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;*

*e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;*

*f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;*

*g) assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;*

*h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.*

*§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998).”*

De acordo com o Artigo 150 da Carta Magna:

*“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) - VI - Instituir impostos sobre:*

*c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;*

*§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas. ”*

As operações dos SESCOOPs estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo SESCOOP Nacional. Havendo déficit técnico apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio líquido (superávit acumulado).

## **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

## **2.1. Base de apresentação**

### **2.1.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucro, as quais abrangem os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.1.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis**

### **2.2.1. Apuração do resultado**

O resultado das operações da Entidade, especificamente as suas despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas a Entidade são reconhecidos contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro.

### **2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### **2.2.3. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 4.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **2.2.4. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 4.

#### **2.2.5. Recuperabilidade de ativos (Impairment)**

O SESCOOP/TO avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está pudesse ser estimada de maneira confiável, o SESCOOP/TO reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno pelo SESCOOP/TO, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2016.

#### **2.2.6. Contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas**

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

#### **2.2.8. Provisões para contingências**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: **(i)** a entidade tiver uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança.

Caso haja diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos a ser exigida para a liquidação será determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões, quando existentes, são mensuradas pelo valor presente das despesas que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira, quando aplicável.

#### **2.2.9. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

#### **2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstrações dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

- **Reconhecimento de receitas**

As receitas são preponderantemente relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) que são reconhecidas diretamente no resultado do exercício no momento do efetivo recebimento financeiro, pois em consonância ao princípio de conservadorismo não poderiam ser apropriadas com base orçamentária.

- **Vidas úteis de ativos intangíveis e imobilizado**

Os ativos intangíveis e imobilizados são amortizados ou depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. As alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

- **Processos legais**

De acordo com o CPC PME, o SESCOOP/TO reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Entidade. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

O SESCOOP/TO revisou as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, a reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração do SESCOOP Tocantins sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

### **2.3. Instrumentos financeiros - gestão de risco**

O SESCOOP/TO poderá estar exposto, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros de valor justo ou de fluxo de caixa;
- Outros riscos de mercado.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, o SESCOOP/TO está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do SESCOOP/TO para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros do SESCOOP Tocantins, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

### **Principais instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo SESCOOP Tocantins, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber;
- Caixa em bancos;
- Aplicações financeiras em CBD;
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

### **Objetivos, políticas e processos gerais**

O SESCOOP Tocantins possui os seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho da Administração**

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano do SESCOOP Tocantins.

- **Conselho fiscal**

É o órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira.

- **Superintendente executiva**

É o órgão de gestão administrativa do SESCOOP/TO.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras. O SESCOOP/TO aplica recursos apenas em investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A.

O SESCOOP/TO não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito:

### **Risco comercial**

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço).

O SESCOOP Tocantins não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

### **Outros riscos de mercado**

O SESCOOP/TO não possui participação em fundos de investimentos financeiros que possuem lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

### Divulgações sobre o patrimônio

Os bens da Entidade somente poderão ser utilizados para a realização dos seus objetivos, permitida a aplicação de uns e outros para a obtenção de rendimentos destinados às suas finalidades estatutárias.

### 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	25.547	17
Aplicação Financeira (a)	2.662.113	1.280.379
<b>Total</b>	<b>2.687.660</b>	<b>1.280.396</b>

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituições de primeira linha, com regate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

### 4. Imobilizado

Descrição	% - Taxas anuais de depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Móveis e utensílios	10%	38.778	52.526
Biblioteca	10%	-	-
Veículos	20%	81.398	62.133
Máquinas e Equipamentos	10%	39.781	15.015
Equipamentos de Informática	20%	36.153	51.030
Equipamentos de Comunicação	10%	7.761	470
Outros Bens Móveis	10%	-	-
<b>Total</b>		<b>203.871</b>	<b>181.174</b>

Destacamos a Movimentação do Ativo Imobilizado ano de 2015:

Descrição	31/12/2014				31/12/2015	
	Saldos Líquidos	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa	Saldos
Móveis e utensílios	66.532	-	(279)	(13.816)	88	52.525
Veículos	73.477	-	-	(11.344)	-	62.133
Máquinas e Equipamentos	18.725	-	-	(3.710)	-	15.015
Equipamentos de Informática	18.492	47.651	(15.432)	(15.113)	15.432	51.031
Equipamentos de Comunicação	886	-	-	(416)	-	470
Biblioteca	-	-	-	-	-	-

Outros Bens Móveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>178.112</b>	<b>47.651</b>	<b>(15.711)</b>	<b>(44.399)</b>	<b>15.520</b>	<b>181.174</b>

Destacamos a Movimentação do Ativo Imobilizado ano de 2016:

Descrição	Saldos Líquidos	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa	Saldos
	31/12/2015					31/12/2016
Móveis e utensílios	<b>52.525</b>	-	-	(13.747)	-	<b>38.778</b>
Veículos	<b>62.133</b>	51.500	(20.539)	(11.697)	-	<b>81.398</b>
Máquinas e Equipamentos	<b>15.015</b>	29.470	-	(4.704)	-	<b>39.781</b>
Equipamentos de Informática	<b>51.031</b>	-	-	(14.877)	-	<b>36.154</b>
Equipamentos de Comunicação	<b>470</b>	8.800	-	(1.510)	-	<b>7.760</b>
Biblioteca	-	-	-	-	-	-
Outros Bens Móveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>181.174</b>	<b>89.770</b>	<b>(20.539)</b>	<b>(46.535)</b>	-	<b>203.871</b>

A Entidade constituiu uma comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo da vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante ou alterações no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP. Conforme registros e controle existentes, não sendo realizados nenhum ajuste contábil em decorrência dessa avaliação.

## 5. Intangível

Descrição	% - Taxas anuais de depreciação	2016	2015
Direitos de Uso de Software	20%	50.871	19.574
<b>Total</b>	-	<b>50.871</b>	<b>19.574</b>

Destacamos a Movimentação do Ativo Intangível ano de 2015:

Descrição	Saldos Líquidos	Adições	Baixas	Amortizações	Saldos
	31/12/2015				31/12/2016
Direitos de Uso de Software	-	23.179	-	3.605	19.574
<b>Total</b>	-	<b>23.179</b>	-	<b>3.605</b>	<b>19.574</b>

Destacamos a Movimentação do Ativo Intangível ano de 2016:

Descrição	Saldos Líquidos	Adições	Baixas	Amortizações	Saldos
	31/12/2015				31/12/2016
Direitos de Uso de Software	19.574	38.500	-	(7.203)	50.871
<b>Total</b>	<b>19.574</b>	<b>38.500</b>	-	<b>(7.203)</b>	<b>50.871</b>

## 6. Contas a pagar

As obrigações referentes a aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores – Pessoa Jurídica	30.294	6.6158
Fornecedores – Pessoa Física	175	-
Consignação de Terceiros	6.355	-
Encargos, Consignações c/ terceiros	1.016	
<b>Total</b>	<b>37.840</b>	<b>6.615</b>

## 7. Provisões trabalhistas e encargos previdenciários

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias e Abonos com respectivos adicionais de 1/3	18.309	27.527
INSS sobre Férias	8.676	10.427
FGTS sobre Férias	2.929	3.520
PIS sobre Férias	366	440
<b>Total</b>	<b>30.280</b>	<b>41.914</b>

## 8. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 conforme a sua administração e seus assessores jurídicos, o SESCOOP/TO não possui processos administrativos ou judiciais com probabilidade de perda classificada como provável ou possível.

## 9. Patrimônio Social

O patrimônio líquido é composto substancialmente de superávit e/ou déficit acumulados:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Social	2.891.936	1.440.220
<b>Total</b>	<b>2.891.936</b>	<b>1.440.220</b>

## 10. Receita Líquida

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de Contribuições (a)	878.414	757.207
Receitas de Transferências dos Estados (b)	3.007.546	1.115.619
Receitas de Convênio	-	120.880
<b>Total</b>	<b>3.975.960</b>	<b>1.993.706</b>

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre da folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;
- (b) Repasse mensal do Fundecoop especial e apropriação das receitas realizadas nos projetos do Fundecoop;

### 11. Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários e Proventos	465.767	382.199
13º Salário	43.877	36.036
Férias e Abono Constitucional	62.404	57.796
Encargos Trabalhistas	193.303	162.678
Benefícios	112.853	94.927
<b>Total</b>	<b>878.205</b>	<b>733.637</b>

### 12. Administrativas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	33.910	31.912
Ocupação e Serviços Públicos	93.092	83.116
Despesas de Comunicação	3.685	5.866
Material de Consumo	111.104	79.420
Material de Consumo Durável	-	1.074
Passagens e Locomoções	266.143	127.186
Diárias e Hospedagens	253.785	100.923
<b>Total</b>	<b>761.719</b>	<b>429.497</b>

### 13. Despesas Instrucionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Locações	41.900	12.620
Materiais e Divulgação	51.485	42.939
Materiais para Treinamento	15.698	9.327
Premiações	-	380
Serviços e Divulgações Institucionais	52.204	26.366
Auxílios Educacionais	193.456	46.469
<b>Total</b>	<b>354.743</b>	<b>138.102</b>

### 14. Despesas de Serviços de Terceiros

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Auditoria e Consultoria	109.690	42.125
Serviços Especializados	567.588	236.347

Serviços de Transportes	11.497	12.255
Serviços Gerais	16.511	6.729
Outros Serviços	7.794	2.624
Encargos sobre Terceiros	200	-
<b>Total</b>	<b>713.280</b>	<b>300.080</b>

## 15. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas de Aplicação Financeiras	243.820	134.479
<b>Total</b>	<b>243.820</b>	<b>134.479</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas Bancárias	(2.104)	(1.540)
<b>Total</b>	<b>(2.104)</b>	<b>(1.540)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>241.716</b>	<b>132.938</b>

## 16. Transações com partes relacionadas

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

É princípio sistêmico do SESCOOP/TO a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Presidente.

## 17. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros materiais (a) e imateriais (b) para os riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## CAPÍTULO 10: OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

### 10.1. RELATÓRIO OU PARECER DE AUDITORIA INTERNA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL;

Não há conteúdo a declarar, pois o SESCOOP/TO não possui departamento de auditoria interna.

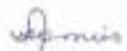
### 10.2. PARECERES DOS CONSELHOS (FISCAL, ESTADUAL E NACIONAL);



#### PARECER DO CONSELHO FISCAL – SESCOOP/TO

Os membros abaixo-assinados do Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO, no desempenho de suas funções e atribuições legais e regimentais, declaram para os fins que se fizerem necessários, que examinaram minuciosamente a prestação de contas do exercício de 2016, compostas pelas peças contábeis e administrativas exigidas pela legislação pertinente, e, após análise da regularidade dos processos de gestão praticados, incluindo contratos e convênios firmados, documentos de caixa, Balancetes e Demonstrativos Financeiros, Relatório de previsão e realização do orçamento (relim\_001 e relim\_009), Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório e Parecer da Auditoria Independente (Grant Thornton), Relatório de Gestão do exercício de 2016, recomenda ao Conselho Administrativo do SESCOOP/TO a aprovação das contas do exercício de 2016, sem ressalvas.

Palmas/TO, 19 de abril de 2017

  
Maria Silvana Ramos

  
Paulo Henrique da Silva

  
Admivair Silva Borges



### **Parecer do Conselho de Administração do SESCOOP/TO**

O Conselho de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO (Gestão 2013/2017), em reunião realizada aos vinte e sete de abril de 2017, Ata da 110ª Reunião Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, em seu Art. 13, Inciso III, após minuciosa análise das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e demais peças componentes do Relatório de Gestão referente ao ano de 2016, e tendo em vista o Parecer do Conselho Fiscal e o Parecer da Auditoria Independente, RESOLVE aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2016.

Palmas (TO), 27 de abril de 2017

Presidente: Ricardo Benedito Khouri 

Superintendente: Maria Jose Andrade Leão de Oliveira 

Conselheiro Titular: Ruitter Luiz Andrade Pádua 

Conselheiro Titular: Dario Oliveira de Melo 

Conselheiro Suplente: Orsini Passos Guterres 

Conselheira Suplente: Ranna Joyce da Silva Padre 

## RESOLUÇÃO Nº 1599/2017 - CONSELHO NACIONAL DO SESCOOP

Dispõe sobre o Relatório de Gestão e demonstrações contábeis/financeiras da Unidade Estadual do Sescop/TO.

O Presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop, no uso da competência conferida pelos artigos 3º e inciso III do artigo 23 do Regimento da Unidade Nacional, observando o disposto na Resolução n.º 05/2000, torna público que o Conselho Nacional, em sua 102ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de maio de 2017, nos termos do inciso V do artigo 14 do Regimento da Unidade Nacional do Sescop, e considerando o parecer do Conselho Fiscal e os relatórios da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis, e o Parecer dos Conselhos Fiscais e Administrativos da Unidade, sobre os Relatórios de Gestão,

### RESOLVEU

**Art. 1º** - Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Contábeis/Financeiras do exercício de 2016 da Unidade Estadual do Sescop Tocantins.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 23 de maio de 2017.



**MÁRCIO LOPES DE FREITAS**  
Presidente

"O presente documento foi analisado pelo ASJUR e guarda regularidade em seus aspectos jurídicos"



Serviço Nacional de Aprendizagem do  
Cooperativismo - SESCOOP

**Aldo Francisco Guedes Leite**  
Assessor Jurídico - SESCOOP/UN  
OAB/DF - Nº 50.072

### 10.3. ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins - SESCOOP/TO								
Nome do Responsável	Natureza da Responsabilidade	Nome do Cargo ou Função	Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão no Exercício	
			Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ricardo Benedito Khouri	Dirigente máximo	Presidente do Conselho de Administração	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Airton Cardoso Cançado	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Ruiter Luiz Andrade Padua	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Lidiane Coelho Alves	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Orsini Passos Guterres	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Liliana Cristofari da Silva	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Ranna Joyce Padre	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	96ª Ata Conselho de Administração	09/12/2014	-	-	01/01/2016	31/12/2016
Dário Oliveira de Melo	Membro de órgão colegiado	Membro do Conselho de Administração	104ª Ata Conselho de Administração	29/04/2016	-	-	29/04/2016	31/12/2016
Maria Jose Andrade Leão de Oliveira	Membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente	Superintendente	87ª Ata Conselho de Administração	14/06/2013	-	-	01/01/2016	31/12/2016

A informação dos dados pessoais exigidos no artigo 11 da IN 63/2010, estão informados no sistema e-contas.

#### **10.4. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO;**

Durante o exercício de 2016 não houve incidências para instauração de processos administrativos sindicância nem apuração de ilícitos. Caso houvesse seria conduzido de acordo com o Regimento Interno e a Norma de Sindicância.

## 10.5. RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS;



Serviço Nacional de Aprendizagem do  
Cooperativismo no Estado do Tocantins

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório  
do Auditor Independente sobre as demonstrações  
contábeis

Em 31 de dezembro de 2016



## Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	11

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Avenida 130 nº 751, 14º andar  
Edifício Mesa Business Style | Setor Sul  
Goiânia | GO | Brasil

T +55 62 3215.8444  
F +55 62 3215.8499  
www.grantthornton.com.br

Aos:  
Administradores e Conselheiros do  
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins  
Palmas - TO

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins (Sescoop TO ou Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidade sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC/TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar e cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Goiania, 03 de março de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Gester Luis dos Santos".

Gester Luis dos Santos

Contador CRC SP-216916/O T-GO

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC SP-025.583/O-1 "S" - TO

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

### Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>			
	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.687.660	1.280.396
Créditos		778	935
Estoques		12.596	3.734
Despesas pagas antecipadamente		3.746	3.535
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>2.704.780</u>	<u>1.288.000</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	4	203.871	181.174
Intangível	5	60.871	19.574
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>264.742</u>	<u>200.748</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>2.969.522</u>	<u>1.488.748</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

### Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	6	37.840	6.615
Provisões trabalhistas e encargos previdenciários	7	30.280	41.913
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>68.120</u>	<u>48.528</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio Social	9	2.891.402	1.440.220
		<u>2.891.402</u>	<u>1.440.220</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>2.959.522</u>	<u>1.488.748</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	Notas	2016	2015
<b>Receita operacional líquida</b>	10	3.975.960	1.993.707
<b>(Despesas) e outras receitas operacionais</b>			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	11	(878.206)	(733.637)
Administrativas	12	(761.719)	(429.487)
Institucionais	13	(354.743)	(138.102)
Serviços de terceiros	14	(713.280)	(300.080)
Tributárias		(6.181)	(29.265)
Transferências e convênios		-	(3.524)
Despesas com depreciações e amortizações	4 e 5	(53.738)	(48.004)
Outras receitas operacionais		1.373	7.359
		(2.766.493)	(1.674.750)
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		1.209.467	318.957
<b>Resultado financeiro líquido</b>	15	241.715	132.938
<b>Superávit do exercício</b>		1.451.182	451.895

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
<b>Saldos acumulados em 31/12/2014</b>	988.325	-	988.325
Superávit do exercício		451.895	451.895
Transferência do superávit para o patrimônio social	451.895	(451.895)	-
<b>Saldos acumulados em 31/12/2015</b>	1.440.220	-	1.440.220
Superávit do exercício		1.451.182	1.451.182
Transferência do superávit para o patrimônio social	1.451.182	(1.451.182)	-
<b>Saldos acumulados em 31/12/2016</b>	2.891.402	-	2.891.402

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

	(Valores expressos em reais)	
	2016	2015
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>		
Superavit do exercício	1.451.182	451.895
<b>Ajustes para reconciliar o superavit/deficit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	53.738	48.004
Baixas do ativo imobilizado	20.538	190
	1.525.458	500.089
<b>(Aumento) / Redução nos ativos</b>		
Outros créditos	(443)	(334)
Estoques	(8.862)	8.765
Despesas pagas antecipadamente	(211)	(147)
	(9.516)	8.284
<b>Aumento / (Redução) nos passivos</b>		
Contas a pagar	31.228	267
Provisões trabalhistas e outras	(11.633)	(19.390)
Outras obrigações	-	(97.391)
	19.592	(116.514)
<b>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>	1.535.534	391.859
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>		
Adições ao ativo imobilizado	(89.770)	(47.651)
Adições ao ativo intangível	(38.500)	(23.179)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento</b>	(128.270)	(70.830)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	1.407.264	321.029
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	1.280.396	959.367
No final do exercício	2.687.660	1.280.396
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	1.407.264	321.029

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12, do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

*"A distribuição e forma de utilização dos recursos auferidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno."*

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional - o SESCOOP Nacional (SESCOOP NA), com sede em Brasília - e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O SESCOOP está sujeito, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70 e 71, da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria-Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

*"As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores cobrados à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região."*

De acordo com o Artigo 150, da Carta Magna:

*"Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003)- VI - Instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;*

*§ 4º As redações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas."*

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12, do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o SESCOOP TO está isento também da contribuição social.

As operações dos SESCOOPS estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo SESCOOP Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado). A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Entidade no dia 03 de março de 2017.

## **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Base de preparação**

#### **2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem os pronunciamentos NBC/TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.1.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

### **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis**

### **2.2.1. Apuração do resultado**

O resultado das operações do SESCOOP TO, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP TO são reconhecidas contabilmente quando da sua originação, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos.

### **2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### **2.2.3. Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável quando necessário, de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 4.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **2.2.4. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos, separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 5.

### **2.2.5. Recuperabilidade de ativos (*Impairment*)**

O Sescop TO avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescop TO reconheceria no resultado a perda por *impairment*. Foi elaborado um relatório interno do Sescop TO, visando atender as exigências contidas no CPC-PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2016.

### **2.2.6. Contas a Pagar**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescop TO bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas**

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

### **2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Sescop TO e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescop TO possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **2.2.9. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

### **2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais, a seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

**a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos**

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

**b) Provisões para demandas judiciais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**2.4 Normas contábeis que entrarão em vigor**

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB, das quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Entidade, visto que o CPC ainda não fez a emissão dos pronunciamentos locais equivalentes. A Entidade está avaliando os impactos da adoção nas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros;
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – Operações de Arrendamento Mercantil.

**2.5. Gestão de riscos**

**a) Gestão de risco financeiro**

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho administrativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia concentração de risco relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	25.547	17
Aplicações financeiras (a)	2.662.113	1.280.379
<b>Total</b>	<b>2.687.660</b>	<b>1.280.396</b>

(a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI).

### 4. Imobilizado

Descrição	% - Taxas anuais de depreciação	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciado	Líquido	
Mobiliário	10%	141.185	(100.407)	38.778	52.526
Biblioteca	10%	239	(239)	-	-
Veículos	20%	101.290	(19.852)	81.398	62.133
Máquinas e equipamentos	10%	66.765	(26.984)	39.781	15.015
Equipamentos de informática	20%	87.254	(51.101)	36.153	51.030
Equipamentos de comunicação	10%	11.358	(3.597)	7.761	470
<b>Total</b>		<b>408.651</b>	<b>(204.180)</b>	<b>203.871</b>	<b>181.174</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	2015			Saldo líquido em 31/12/2015
		Adição	Baixa	Baixa da Depreciação	
Mobiliário	66.532	-	(279)	89	52.526
Veículos	73.477	-	-	-	62.133
Máquinas e equipamentos	18.725	-	-	-	15.015
Equipamentos de informática	18.492	47.651	(15.432)	15.432	51.030
Equipamentos de comunicação	666	-	-	-	470
<b>Total</b>	<b>178.112</b>	<b>47.651</b>	<b>(15.711)</b>	<b>15.521</b>	<b>181.174</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Baixa	Baixa da		Saldo líquido em 31/12/2016
				Depreciação	Depreciação	
Mobiliário	52.526	-	-	-	(13.748)	38.778
Veículos	82.133	51.500	(42.230)	21.692	(11.697)	81.398
Máquinas e equipamentos	15.015	29.470	-	-	(4.704)	39.781
Equipamentos de informática	51.030	-	-	-	(14.677)	36.353
Equipamentos de comunicação	470	8.800	-	-	(1.509)	7.761
<b>Total</b>	<b>181.174</b>	<b>88.770</b>	<b>(42.230)</b>	<b>21.692</b>	<b>(46.535)</b>	<b>203.871</b>

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do Sescop. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

## 5. Intangível

Descrição	% Taxa de Amortização	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Amortizado	Líquido	
Direito de uso de softwares	20%	61.679	(10.808)	50.871	19.574
<b>Total do intangível</b>		<b>61.679</b>	<b>(10.808)</b>	<b>50.871</b>	<b>19.574</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2015
<b>Total</b>	-	<b>23.179</b>	<b>(3.605)</b>	<b>19.574</b>

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2016:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2015	Adição	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2016
<b>Total</b>	<b>19.574</b>	<b>38.500</b>	<b>(7.203)</b>	<b>50.871</b>

## 6. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores - Pessoa Física	175	-
Consignação de Terceiros	6.355	-
Encargos, Consignações o/ terceiros	1.016	-
<b>Total</b>	<b>37.840</b>	<b>6.615</b>

## 7. Provisões trabalhistas e encargos previdenciários

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	18.309	27.527
INSS sobre férias	8.676	10.426
FGTS sobre férias	2.929	3.520
PIS sobre férias	366	440
<b>Total</b>	<b>30.280</b>	<b>41.913</b>

## 8. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme a sua administração e seus assessores jurídicos, o SESCOOP TO não possui processos administrativos ou judiciais com probabilidade de perda classificada como provável ou possível.

## 9. Patrimônio social

O patrimônio social é composto substancialmente de superávit acumulado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Social	2.891.402	1.440.220
<b>Total</b>	<b>2.891.402</b>	<b>1.440.220</b>

## 10. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receita de contribuições (a)	878.414	757.207
Receitas de transferências dos Estados (b)	3.097.548	1.115.619
Receitas de convênio	-	120.881
<b>Total</b>	<b>3.975.960</b>	<b>1.993.707</b>

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre da folha de pagamento) para o SESCOOP Nacional;

(b) Refere-se a complemento de recurso repassado pelo SESCOOP Nacional para aplicação na atividade do cooperativismo;

## 11. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Salários e proventos	(465.767)	(382.199)
13º salário	(43.877)	(36.036)
Férias e abono constitucional	(62.404)	(57.796)
Encargos trabalhistas	(193.303)	(162.678)
Benefícios	(112.854)	(94.928)
<b>Total</b>	<b>(878.205)</b>	<b>(733.637)</b>

**12. Despesas administrativas**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Passagens e locomoções	(266.143)	(127.186)
Ocupação e serviços públicos	(93.082)	(83.116)
Material de consumo	(111.104)	(79.420)
Material de consumo durável	-	(1.074)
Diárias e hospedagens	(253.785)	(100.823)
Despesas com dirigentes e conselheiros	(33.910)	(31.912)
Despesas de comunicação	(3.685)	(5.866)
<b>Total</b>	<b>(761.719)</b>	<b>(429.497)</b>

**13. Despesas institucionais**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Materiais e divulgação	(51.485)	(42.939)
Serviços e divulgações institucionais	(52.204)	(26.366)
Materiais para treinamento	(15.698)	(9.327)
Premiações	-	(201)
Locações	(41.900)	(12.620)
Auxílios educacionais	(193.456)	(46.469)
<b>Total</b>	<b>(354.743)</b>	<b>(138.102)</b>

**14. Despesas de serviços de terceiros**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Serviços especializados	(567.588)	(236.347)
Auditoria e consultoria	(109.690)	(42.125)
Serviços de transportes	(11.497)	(12.256)
Serviços gerais	(16.511)	(6.729)
Outros serviços	(7.794)	(2.624)
Encargos sobre terceiros	(200)	-
<b>Total</b>	<b>(713.280)</b>	<b>(300.080)</b>

**15. Resultado financeiro líquido**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	243.820	134.479
<b>Total</b>	<b>243.820</b>	<b>134.479</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(2.105)	(1.541)
<b>Total</b>	<b>(2.105)</b>	<b>(1.541)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>241.715</b>	<b>132.938</b>

**16. Transações com partes relacionadas****Remuneração do pessoal-chave da Administração**

É princípio sistêmico do Sescop TO a não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Presidente.

**17. Seguros**

A entidade adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

#### **10.6. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETEZ DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIACÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES**

Não se aplica ao SESCOOP/TO por não está previsto para órgãos ou entidade que arrecadam ou gerenciam contribuições parafiscais.

#### **10.7. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DE BENS E RENDAS**

##### **Declaração**

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os empregados e conselheiros do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Tocantins – SESCOOP/TO, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta gerencia de operações para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providencias cabíveis a cargos dos órgãos de controle.



Selma dos Reis Silva

CPF: 885.359.831-04

Gerente de Operações do SESCOOP/TO